



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 04 de março de 2015

N.º 05/2015

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores: André Valente Martins, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Manuel Joaquim Pisco Lopes e Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José.

O Sr. Vereador Fernando Jorge de Oliveira Paulino, em substituição do Sr. Vereador João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego, em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

### **A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu Gabinete de Apoio, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito da Divisão de Administração Geral, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito da Divisão de Gestão Financeira, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito da Divisão de Fiscalização e Apoio Jurídico, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador André Valente Martins, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador André Valente Martins, no âmbito da Divisão de Planeamento Urbanístico, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.
- h) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Há um tema do qual falámos há cerca três meses atrás sobre o novo terminal de contentores e com as notícias mais recentes que vieram a público e que reforçam a ideia de que a nova localização será no Barreiro. Não tenho uma visão “bairrista e paroquial” destas questões, sabemos que é uma infraestrutura que tem de ser analisada, primeiro, numa lógica de interesse nacional, depois, no interesse do contribuinte, e a seguir, no interesse das populações que são diretamente afetadas por essas infraestruturas. Importa fazer o histórico e ver em que ponto está agora. Há cerca de dois anos atrás, em fevereiro ou março, o Governo decidiu que a localização do novo terminal de contentores iria ser na Trafaria. No final desse mesmo ano admitiu recuar na decisão e rever todo o processo e novamente surgiu, com muita força, o nome do Barreiro. Nos últimos meses a Câmara do Barreiro tem feito inúmeras diligências, assinando protocolos com várias entidades e com câmaras que vão ser afetadas diretamente com essa decisão e no sentido de aprofundar os estudos. A Câmara Municipal de Lisboa foi uma delas, assim como a da Moita e Seixal, bem como a APL, a REFER e a Estradas de Portugal, no sentido de se aprofundar o conhecimento para defender o novo terminal no Barreiro. São conhecidas várias declarações dos autarcas do Barreiro e de várias forças partidárias a defender com muita veemência esta localização, e isto porque é realmente um investimento muito valioso. Hoje em dia está mais que provado que um investimento numa infraestrutura destas e por cada número de trabalhadores num porto implica dez vezes esse número indiretamente. Por cada posto de trabalho criado diretamente conseguimos multiplicar por dez, o que é uma mais-valia para qualquer região que pretende ter um polo logístico e industrial forte.

Reconhecidamente Setúbal tem um porto com dinâmica e crescimento, todos os anos temos vindo a bater recordes com os números de carga e faturação, e tem sido um porto de referência entre os cinco portos nacionais que estavam incluídos no Plano de Transportes e Infraestruturas no sentido de, até 2020, terem intervenções que potenciem ainda mais essa capacidade. Existe um trabalho que está a ser feito em determinada área para aprofundar os estudos na localização do Barreiro. Em Setúbal a comunidade portuária tem de alguma forma liderado esse processo e tem feito também estudos e conferências onde tem defendido que Setúbal deveria ser a localização lógica para este novo terminal, não com um novo equipamento, mas com todas as infraestruturas que já existem no terreno. Setúbal é a resposta imediata às solicitações que o porto de Lisboa necessita. No entanto, Barreiro é a única sub-localização que está a ser estudada e por aquilo que vimos nas declarações do Sr. Secretário de Estado e parece que Setúbal não entra nesta equação.

Há cerca de três meses levantei a questão para perguntar em que medida é que a Câmara de Setúbal tem estado a acompanhar este processo e o Sr. Vereador André Martins respondeu de uma forma muito prudente, que era preciso avaliar e estudar. Disse que estavam a fazer esse acompanhamento na comunidade portuária, que esta matéria tinha implicações não só do ponto de vista financeiro, mas social e ambiental e era preciso estudá-las melhor para podermos tomar uma decisão com mais veemência. As perguntas que faço são: passados

estes três meses, o que é que já foi feito; se vão ser feitos alguns protocolos na mesma lógica que a Câmara Municipal do Barreiro fez com as entidades envolvidas e no sentido de se aprofundar os estudos para perceber quais são as vantagens e desvantagens de um terminal destes vir para cá; e, que vantagens há para Setúbal e para o País. No caso de o terminal não vir para cá quais são as desvantagens, os fatores negativos e as implicações negativas que o Porto de Setúbal vai ter ao sofrer uma concorrência muito grande com um porto a cerca de 30 milhas? Isto vai ter um impacto direto no futuro do porto de Setúbal e na cidade. Se não vier para Setúbal e se a opção for Barreiro e o processo assim avançar quais são as implicações para a cidade e o que é que isso pode prejudicar, porque aí já é uma questão de defesa da cidade. Não há dúvida nenhuma que a cidade de Setúbal sempre teve uma atividade portuária, e não consigo conceber a cidade sem essa atividade que é preciso manter. Uma cidade “inteligente” ou “perfeita” também tem de ter essa parte logística assegurada. Do ponto de vista do ordenamento a cidade está perfeitamente delineada entre a parte industrial e a de lazer. Notou-se nos últimos tempos uma melhor relação entre a APSS e a Câmara Municipal de Setúbal que permitiu inclusivamente libertar espaços que não estavam a ser utilizados para usufruto da cidade, mas existem outros que têm de ser, e são, para a atividade portuária. Basicamente é esta a minha questão, a de perceber e passados estes três meses o que já foi feito e em que ponto está, enquanto Câmara Municipal. Se já estamos prontos para tomar uma posição, se lideramos ou se vamos apenas ficar à espera que haja uma decisão, e se eventualmente seja ela qual for não vamos fazer nada.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Tivemos conhecimento que o Festroia em 2015 não se vai realizar por falta de apoios. Mesmo sabendo nós os constrangimentos orçamentais da Câmara, mas também sabendo que o executivo tem tido uma linha de orientação política virada para a cultura, e sem querer desprezar o poder central que tem obrigações de apoio a estas iniciativas e se calhar não está a cumprir. Gostaríamos de saber se a Câmara ponderou, ou pondera, viabilizar a 31.ª edição do Festroia com o apoio que falta à organização e a título excecional. Isto porque para o próximo ano haverá todo um período de tempo para tentar arranjar os apoios necessários. Não sei se a organização foi apanhada de surpresa pela falta de apoios ou se foi uma coisa que já acontecia há tempo. Se houver esta oportunidade viabilizaremos essa opção como boa, porque é um festival já com créditos firmados no panorama nacional e internacional.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Interviria só após as respostas às intervenções do Sr. Vereador Paulo Lopes, mas adiantando algumas questões que são mais que certezas em relação a esta matéria. Estes são assuntos de que sou considerado conhecedor e que acompanho há muito tempo de uma forma que não é nem bairrista nem regionalista, estes assuntos sempre por mim foram avaliados no âmbito nacional e no interesse público, de facto. A minha vida política tem sido ligada ao todo nacional, mas principalmente ao distrito de Setúbal. Se por vezes algumas posições que tenho assumido publicamente aparentemente podem ser entendidas como não estando a defender os interesses específicos do distrito, isso não é verdade, mas entendo que um político responsável tem de defender acima de tudo o que é melhor para todos e para o País. Digo isto, porque no passado já tomei posições a propósito do TGV, da ponte Barreiro-Chelas, ou do novo aeroporto. Se nos concentrássemos apenas numa visão municipalista, regionalista e bairrista, é evidente que queríamos tudo aqui nesta terra, porém, as coisas não podem ser vistas dessa maneira. Sobre a questão dos portos há muito tempo que tenho tratado, tenho estado interessado e estudado sobre isto. A questão dos contentores no porto de Lisboa foi e é um assunto que se mantém na ordem do dia e parece que os diversos governos gostam, todos eles, de tratar das concessões portuárias nomeadamente ao nível dos contentores. O anterior fez o que fez com o Terminal de Alcântara e fui dos poucos que contestei. Felizmente a minha proposta foi votada na Assembleia da República e o terminal não avançou como estava previsto, apesar de algumas matérias e condições se manterem na altura e não deveriam ter-se mantido. Lembro que nessa altura, o anterior governo lançou aquele plano “fantástico” para Alcântara com uma concessão que se

ninguém fazer nada vai durar até 2042, com o grande argumento de que tínhamos de colocar ali os navios super panamax, porque vinham aí os grandes porta-contentores. Até colocaram pontualmente um grande navio no Terminal de Alcântara para mostrar na altura a Mário Lino e demonstrar que de facto era preciso ali um terminal de contentores. Afinal nada daquilo aconteceu e nem vai acontecer. Este governo também lançou a necessidade de construir um terminal de contentores para navios de grande capacidade e tonelagem, o que era importante na altura, quando foi lançada a grande ideia e isto seria na Trafaria. Era aqui que existiam as grandes cotas batimétricas por volta dos vinte e tal metros e com condições naturais para receber a nova geração de grandes navios porta-contentores.

Com a contestação que existiu, e se calhar com algumas condições que estavam garantidas no que diz respeito às infraestruturas terrestres, essa questão foi abandonada. A grande razão não seria agora um terminal de contentores para navios de grande calado, agora já era preciso um terminal de contentores para navios que calassem muito menos e era preciso encontrar o espaço.

O que está anunciado foi e é para o Barreiro, mas já falei com alguns responsáveis políticos a nível nacional sobre esta questão e a informação que tive foi de que as coisas não iam já ser decididas por este governo, e na verdade o que tem vindo a público é que algumas coisas têm vindo a ser feitas para se avançar com este processo. O que passa em relação ao terminal de contentores do Barreiro e às alternativas é que todos os governos gostam de fazer grandes investimentos nisto, ou pelo menos alguns grandes. Aproveitando isto a nível nacional e sem gastar um cêntimo de investimento, temos já a capacidade instalada e disponível em Setúbal, no caso ser necessário um acréscimo de necessidade em Lisboa.

Não é um terminal de contentores no Barreiro que vem resolver o problema, e por razões muito claras. Um contentor descarregado em Setúbal chega mais rápido à margem norte do que se fosse descarregado no Barreiro, porque a linha ferroviária já está instalada, e é para esta margem que se destinam a maior parte das descargas feitas em Setúbal e em Lisboa. Não há vantagem nenhuma em colocar geograficamente mais perto de Lisboa, porque em termos de percurso é o mesmo, ou maior. O mesmo se diz quanto ao transporte rodoviário, exatamente a mesma coisa e também sem gastar nada, com as mesmas condições já conseguimos colocar as coisas no que já está a funcionar e não é preciso criar nada. Por outro lado, daquilo que se conhece e que já li, para quem conhece o Rio Tejo junto ao Barreiro não é muito difícil de perceber: no percurso que os catamarans fazem calam muito pouca água e mesmo assim às vezes têm dificuldade em chegar ao Barreiro.

O que se coloca, e já estive muitas vezes em discordância com o bastonário da Ordem dos Engenheiros, designadamente numa altura em que não foi muito sério do ponto de vista técnico e não é preciso ser muito letrado nestas áreas para perceber que no canal de navegação e também na bacia de manobras e para este tipo de navios no Barreiro é preciso que existam dragagens contínuas que envolvem muitos milhões de euros. Ao se gastar milhões só posso entender que um investimento destes só pode ser feito se for totalmente pago por privados. Ou o investimento inicial e a manutenção que o Estado tem de fazer no canal e na bacia de manobras tem retorno em terra, com investimentos que possam vir nomeadamente na área da Quimiparque, ou então o Estado está outra vez a contrair encargos para o futuro tal como aconteceu com as PPP's ou outros. Há investimentos que se vão manter sempre para que aquele terminal funcione e isso não posso aceitar. Há duas questões muito concretas, ou é tudo pago pelos privados e aí não tenho nada a dizer, ou então têm de ser muito bem justificados os custos que o Estado vai ter, os milhões de euros para tirar o lodo que se deposita naquela zona do rio para que o terminal se mantenha navegável e acessível. Não estou com isto a dizer que sou totalmente contra, sabemos que há três áreas na península de Setúbal e junto ao Rio Tejo que estão subaproveitadas, no Barreiro, Seixal e Almada, e se houver algum investimento que possa alavancar investimentos futuros naquele espaço então é um custo que o Estado pode justificar, mas isso não pode justificar, por si só, a construção de um terminal de contentores e o custo que é pago pelo Estado de milhões de euros para as dragagens necessárias. É esta a questão. A urgência tem de ser justificada e espero que o Governo não decida nada relativamente ao terminal, porque não é urgente.

Enquanto político e cidadão afirmo que tal como se fez investimentos de alguns milhões que foram gastos em estudos, no TGV, etc., espero que aqui se perceba que os estudos valem a pena, têm futuro e que o seu custo não é exorbitante para o fim em vista. Sendo com fundos comunitários ou não, que podem ser gastos noutros espaços, vão ser feitos os estudos de impacto ambiental para se saber se aquilo está em condições. Não sou propriamente contra, mas ou o Estado não tem gastos agora ou no futuro ou se tiver tem de justificar-se muito bem e que isto venha a ter retorno nos investimentos que possam vir a ser feitos por privados.

O Sr. Vereador Paulo Lopes levantou a questão e infelizmente não deu aqui a sua opinião – o que não quer dizer que não tenha dado antes – enquanto eu a dei e é muito clara. O investimento que neste momento está feito e operacional em Setúbal pode ser utilizado não gastando nada e até podemos aumentar o calado no rio com um pequeno investimento, porque há um problema no canal.

Estamos numa altura em que o assunto não é só municipal mas nacional e o Município de Setúbal não se pode alhear desta questão. A posição séria e responsável do ponto de vista político é esta que estou a ter. Com isto não digo que sou totalmente contra isto no futuro, mas é importante justificá-lo muito bem senão terá a minha total oposição.

**Sr. Vereador Manuel Pisco** – Quero registar com agrado a grande preocupação que o Partido Socialista vem manifestando sobre o terminal de contentores do Barreiro. É uma infraestrutura nacional e de interesse nacional e é importante. Na sessão da Assembleia Municipal o Sr. Deputado José Luís Barão questionava diretamente qual é a estratégia e a posição do município, e agora o Sr. Vereador Paulo Lopes também o faz e é o que assumimos sobre isto. Registo com agrado a preocupação, mas também manifesto algum incómodo pela forma como a maioria é inetivada a assumir uma posição. Lembro que estamos naquela fase dos projetos em que a maneira como eles são lançados não perspectiva grande conclusão. Aquando das grandes discussões nacionais acerca da localização do aeroporto isso “aterrou no vazio”. Lembro estas discussões com estudos técnicos fundamentados para todos os lados e sentidos e o TGV “acostou” onde estamos a ver e agora temos o terminal de contentores. Tive oportunidade de expressar, e até para afastar aquela “quase acusação” explícita de que a maioria CDU da Câmara estava a falhar e afastada do problema e não dizia nada sobre isto. Até referi uma intervenção da Sra. Presidente na comunidade portuária e é óbvio que há uma posição que assumimos. Claramente queremos que o melhor aproveitamento e desenvolvimento da capacidade portuária do Porto de Setúbal seja conseguido, esperando que isso seja coincidente com o interesse nacional, era bom para ambos.

Ao mesmo tempo que registo com agrado essa preocupação e com desagrado esta invectivação, também digo que queria acreditar que essa preocupação do lado do Partido Socialista seria a mesma se no Barreiro estivesse uma maioria socialista à frente da Câmara. Não sei se consigo acreditar nisso, há antecedentes, e lembro-me que nunca a questão entre o Barreiro e Setúbal se tinha colocado, porque o Partido Socialista punha o terminal em Alcântara, em Lisboa, “e ponto final”. Alguma vez se considerou a margem sul do Tejo a servir de terminal? Nem pensar nisso!

Juntando os antecedentes com a dúvida em relação à situação de maioria no Município do Barreiro, nesta circunstância é da mesma cor política e portanto está toda a gente do Partido Socialista a levantar isto: “onde é que está a vossa posição estratégica”, e a ver se de alguma forma é contrária entre Setúbal e Barreiro. Não perceberam que não nos movimentamos por interesses “tão pequeninos”? O interesse dos municípios é enquadrado no trabalho que a CDU faz no interesse nacional, e é evidente que nem tudo pode ser o melhor para todos. “Casando” esta circunstância e os precedentes das opções do Partido Socialista, mas nunca me ocorre ter ouvido algum dos atuais membros da Assembleia Municipal ou do executivo da bancada socialista discordar dizer: “alto que Setúbal também é opção”. Não me recordo disso e casando isto com a expectativa muito forte que oiço do lado do Partido Socialista de vir a ser governo dentro de meses. Isto ainda está a começar, é óbvio e não é preciso o Sr. Vereador Luís Rodrigues recordá-lo, apesar de haver um secretário de Estado a dizer que só esta opção está em cima da mesa e nem os estudos começaram. Se os representantes do PS em Setúbal

estão preocupados com o melhor aproveitamento do porto de Setúbal que se lembrem para futuro, desta posição que assumem. Se a expectativa eleitoral se confirmar como o PS espera vai ter de ser este partido a decidir como vai ser o terminal de contentores. A partir de agora da bancada do PS, nem na Câmara nem na Assembleia Municipal, mais ninguém vai levantar a questão, tenho a certeza, porque responderemos que daqui a seis meses vamos ver qual é a questão do governo socialista, e se for governo. Se depois das eleições não for governo talvez voltem a levantar a questão. A haver decisão, com alguma probabilidade e não muita, no próximo mandato governativo há de ser o próximo governo a definir as soluções. A não ser que o Partido Socialista a esta altura já não tenha expectativa nenhuma de ser governo, e se não tiver então pode continuar a questão, mas se tiver por agora ficam satisfeitos sabendo que o futuro lhes poderá trazer a responsabilidade de decidir o que no passado não quiseram que fosse resolvido com o aproveitamento do porto de Setúbal.

**Sr. Vereador André Martins** – É no mínimo curiosa a forma como Sr. Vereador Paulo Lopes aborda esta questão do terminal de contentores. Há uns três meses atrás levantou aqui a questão sobre qual era a posição da Câmara Municipal de Setúbal sobre o terminal. Recordo que essa reunião de Câmara foi praticamente na véspera de uma conferência tida em Setúbal e promovida pela comunidade portuária e em que esteve presente o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas. Foi apresentado um estudo pela comunidade portuária relativamente a esta questão, mas o Sr. Secretário foi muito claro na intervenção que fez, disse que não havia investidores para o terminal de contentores em Setúbal e os que havia era para o terminal no Barreiro.

Sobre esta questão penso que o Partido Socialista não se pronunciou, como não o fez em nenhuma das intervenções que fez o Sr. Vereador Paulo Lopes que também é o principal responsável político em Setúbal, do Partido Socialista. O Sr. Vereador pergunta à Câmara o que é que vamos fazer, se também vamos assinar protocolos e tomar decisões, etc., mas já agora também gostámos de saber o que é que o Partido Socialista de Setúbal e o nacional pensam sobre esta questão. A Câmara Municipal de Setúbal também fez uma intervenção nessa mesma conferência. Para além da intervenção que fiz aqui a Sra. Presidente teve oportunidade de fazer na conferência uma intervenção sobre esta matéria. Também é verdade e o Sr. Vereador também o referiu que a Câmara está representada na comunidade portuária sendo que esta toma as decisões que entende tomar. Como disse na minha intervenção de há três meses atrás a Câmara acompanha com a Administração do Porto de Setúbal e de Sesimbra esta e outras questões que têm a ver com a importância que este executivo dá à cidade portuária de Setúbal. Penso que é conhecido o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da iniciativa de um plano de ação territorial a desenvolver em toda a área ribeirinha de Setúbal numa colaboração entre a Câmara e o porto de Setúbal, portanto, é neste quadro que as questões têm de ser avaliadas e as decisões serem tomadas. É neste quadro que isto irá acontecer e no qual entendemos que estão defendidos os interesses da cidade e do porto, bem como os interesses de desenvolvimento conjunto desta região de que Setúbal é uma componente muito importante. Esta é uma posição simples e clara da Câmara Municipal de Setúbal relativamente à questão do terminal de contentores vir para Setúbal. Consideramos que mais importante que isso é uma visão integrada e estratégica que temos sucessivamente e ao longo de vários anos aqui expressado, e agora os Srs. Vereadores e outros dirigentes do Partido Socialista vêm dizendo de vez em quando: “afinal qual é a estratégia que a CDU tem para Setúbal?”. Entendem quando quiserem entender e não temos de dar mais explicações do que os esclarecimentos, informações e o trabalho que temos vindo a desenvolver em conjunto com entidades e organizações que estão atentas áquilo que se faz em Setúbal e acreditam num desenvolvimento significativo tendo em conta o potencial que aqui existe e que queremos que não seja desaproveitado. É esse o nosso trabalho e será sempre essa a nossa conduta. Gostaríamos de saber qual é a posição do PS de Setúbal e nacional, porque não conhecemos, sobre esta questão do terminal de contentores e também o que pensam que é esta relação da cidade com o porto e vice-versa. Essa para nós é que é a grande questão.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Foram aqui colocadas algumas questões e vou responder àquelas em que estou em condições de responder, porque há coisas que não domino e daí as perguntas que fiz.

Foi o Sr. Vereador André Martins que nessa reunião disse, e tenho aqui a ata que diz: *“antes de tomarmos uma posição relativamente à alteração ou criação dessa oportunidade no porto de Setúbal é necessário saber quanto é que isto custa, não só em termos financeiros, mas sim em todas as dimensões”*. Ou seja, o Sr. Vereador André Martins não sabe e está na comunidade portuária, e mais para a frente aprofunda: *“existem estudos que têm de ser feitos para podermos tomar uma posição”*. Votámos aqui que é o Sr. Vereador André Martins o representante na Comunidade Portuária e por isso pergunto o que é que já foi feito. A pergunta que fiz não foi para tomarmos uma posição clara como numa moção ou o que quer que seja e o que é que nestes três meses foi feito, ou não. O Sr. Vereador André Martins há três meses disse que não estava em condições de tomar posição.

A questão sobre qual é a posição do Partido Socialista e dos seus vereadores, respondo sem qualquer problema de ser politicamente incorreto com outras hierarquias e não tenho qualquer problema com isso. Mediante estes estudos, se se provar que não existe qualquer tipo de incompatibilidades com aquilo que é o desenvolvimento sustentável da cidade, que em termos territoriais está virado para o turismo e indústria, sou a favor. Face aos estudos que conhecemos e foram apresentados através da Comunidade Portuária, e a que tive acesso, do ponto de vista financeiro não há dúvidas nenhuma que a *“solução Setúbal”* é a que melhor defende o País, parece-me. Agora o Sr. Secretário de Estado referiu outros estudos que dizem que não é bem assim e até entrou num certo litígio com o bastonário da Ordem dos Engenheiros dizendo que não eram bem aqueles números, etc.. Para pronunciar-me precisava de saber financeiramente e do ponto de vista do espectro em que podem ser analisadas as questões, na vertente ambiental, social, etc., e também numa estratégia do que é favorável, ou não, para a região. Se o terminal no Barreiro avançar efetivamente, obviamente que o Porto de Setúbal vai sofrer com isso em termos de contentores, e quando está a crescer. Recebi um e-mail vindo da comunicação e imagem do Porto de Setúbal a referir que cresceu mais de 20% e está em franco crescimento, e se vai aparecer um porto com estas dimensões noutra zona isto vai afetá-lo e com isso a cidade, e vai trazer consequências. Há empresas que se instalaram em Setúbal por causa do porto, e assim com o porto no Barreiro dificilmente se virão futuramente instalar aqui, mas antes para perto do novo terminal.

Fico satisfeito que haja uma unanimidade na Câmara no sentido de se achar que com os estudos feitos, se provar que Setúbal é a melhor solução, mas entendo que o processo não está a ser devidamente encaminhado. Enquanto vereador e membro do Partido Socialista não conheço o que está a ser feito e se foram feitos mais estudos além do que foi apresentado pela comunidade portuária, não sei se foram apresentados mais alguns documentos sobre esta matéria. Era importante podermos discutir este assunto, porque é uma das matérias que vai positiva ou negativamente influenciar o futuro do concelho.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Há uma questão de pormenor que foi referida pelo Sr. Vereador André Martins e que o Sr. Vereador Paulo Lopes voltou a dizer. Na minha opinião e para já não é preciso nenhum novo terminal de contentores, isto porque o Sr. Vereador André Martins disse que *“os novos investidores queriam só o Barreiro”*, mas há uma questão prévia a esta, não é necessário um novo terminal agora, porque a capacidade instalada existe em Setúbal. A questão só se coloca se for preciso e por isso também não se coloca se é melhor aqui ou no Barreiro. Isso só se colocava se fosse preciso um novo terminal.

**Sr. Vereador André Martins** – Penso que fui bem claro naquilo que é a posição da Câmara sobre esta matéria, e agora o Sr. Vereador Paulo Lopes levantou algumas questões que me levam a concluir um pouco aquela ideia que o Sr. Vereador Manuel Pisco já expressou. O que acho que há aqui é uma necessidade de o Partido Socialista se afirmar e da forma mais negativa possível com a ideia de que a maioria da CDU da Câmara afinal não é nada penalizada com isto. Dizer que a CDU de Setúbal não defende para cá o terminal é a forma

mais negativa de fazer política e infelizmente há tantas experiências destas em Portugal e com isso muita gente a dizer “política não!”, quando devíamos todos trabalhar no sentido de que é através da política que conseguimos um futuro melhor. Temos exemplos no dia-a-dia que infelizmente cada vez mais apontam neste sentido.

A Câmara Municipal de Setúbal participa na Comunidade Portuária, e no Barreiro não há esta comunidade nem administração portuária, e portanto, e muito bem, a Câmara Municipal entendeu desenvolver iniciativas no sentido de encontrar soluções para o Barreiro que não terá um nível que a Câmara tem para encaminhar e também na defesa do Barreiro. A Câmara assumiu esse papel, e muito bem, porque em Setúbal existe uma Comunidade e Administração Portuária e a Câmara faz parte desta Comunidade e está em perfeita sintonia com a Administração. Não temos de “andar em bicos de pés” para nada, estamos solidários e comungamos com o mesmo espírito que a Comunidade Portuária tem no seu todo e com a Administração Portuária. Até agora não há razão nenhuma para ser diferente, antes pelo contrário. A nossa solidariedade enquanto Câmara Municipal está com essas entidades. Independentemente de haver dentro da própria Comunidade Portuária quem tenha opiniões diversas, o que importa é o resultado do funcionamento e das decisões da mesma. A Câmara está solidária e manifesta a solidariedade para quando a Comunidade Portuária o entender ser um parceiro sério e com objetivos muito claros relativamente a estas matérias.

Sobre os estudos o Sr. Vereador teve o mesmo acesso que tive e que todos os Srs. Vereadores tiveram, foi um estudo mandado elaborar pela Comunidade Portuária e portanto temos conhecimento do estudo. Não dizemos que o terminal de contentores não deve vir para Setúbal, nunca o dissemos. Acreditando nos estudos e na Comunidade Portuária, no empenhamento e no esforço, e na determinação que a Câmara tem demonstrado na importância de sermos uma cidade portuária e termos um desenvolvimento portuário em paralelo com o da cidade, sobre isto penso que também não há dúvida nenhuma. A questão que se coloca é muito clara, o Sr. Secretário de Estado veio dizer que podíamos ter toda a razão “do mundo” em querer reforçar a capacidade de contentores em Setúbal e tínhamos todo o direito de exigir e querer, mas como Secretário de Estado não poderia desprezar a opinião de privados de quererem investir no Barreiro.

Não estamos a falar de decisões de investimento público e por isso também não é a Câmara e nem é a Comunidade Portuária que vai decidir onde é que os privados vão querer investir. Eventualmente será no Barreiro que será feito o investimento, mas primeiro é necessário avaliar as condições da implementação do terminal de contentores nos estudos que estão a ser desenvolvidos. Há aqui uma confusão e por isso é que entendo que o objetivo das duas intervenções do Sr. Vereador vai num sentido que é contrário ao que temos da intervenção e da decisão sobre estas matérias de interesse local, regional e nacional.

Não há, que nós saibamos, investimento público envolvido nesta decisão. Se houver decisão sobre este tipo de investimento provavelmente a Câmara terá uma outra forma de se posicionar sobre esta matéria. Enquanto não houver decisão de investimento, a Câmara manterá as iniciativas e o envolvimento que tem tido até agora, porque não decidimos sobre os investimentos privados, como é o caso.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – O Sr. Vereador André Martins agora no final esclareceu uma pergunta sobre a qual ainda não tinha dado resposta e que em Portugal ninguém sabe, a não ser se calhar um secretário de estado, ministro ou primeiro-ministro. O Sr. Vereador André Martins está na posse de uma informação que mais ninguém tem e que é o do investimento ser totalmente feito por privados. Essa informação não está escrita, o investimento é privado em terra e não há nada escrito ou dito sobre o que fazer sobre dragagens no rio, no plano da água ainda não há nada. O que disse mantenho, se o investimento for totalmente privado e se se tiver anualmente e no plano da água de ser pago, previamente é preciso saber quanto e como. O Sr. Vereador André Martins veio a dizer que é tudo privado e que não vamos dizer nada, mas depois retificou, e bem, dizendo que podia ser diferente. Até agora não está escrito em lado nenhum e se estiver agradeço que me digam, porque se o Governo vem dizer que investidores privados vão pagar tudo, os 100%, agora e no futuro para manter aquilo navegável

e para meter o porto operacional aí não há dúvidas. Apesar disso posso aceitar que haja investimento público se este tiver retorno, ou seja, se aquela área da Quimiparque for ocupada com outros investimentos, mas isso tem de ser justificado, e não foi isso que o Sr. Vereador estava a dizer.

É importante que o Governo esclareça se os interessados querem pagar tudo ou só o que é em terra. Se houver investimentos a ser pagos pelo Estado isso terá retorno nos próximos anos? Até agora nada disto foi dito, só dizem que há interessados e que o investimento é privado. Também era importante se a comunicação social perguntasse isso ao Sr. Secretário de Estado, e é um desafio que faço, porque a comunicação social também está aqui para isso. Pelo menos alguns vereadores colocam esta questão, nomeadamente o que está ligado aos partidos do Governo, se isto é assim e é tudo pago pelo investidor privado, ou não. É uma resposta que o Governo deveria dar publicamente para esclarecermos afinal quais são as regras do jogo. Agradeço ao Sr. Vereador André Martins a intervenção, porque penso que no final, e no fundo, ainda estamos de acordo.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Há pouco o Sr. Vereador Manuel Pisco disse que o PS previsivelmente poderá vir a ser governo e que vamos ver qual a posição dos eleitos aqui, mas o lugar é dos vereadores e não do partido, defendo a minha posição e não sou um “carneiro” para ir atrás. Se tenho esta posição é até que me provem o contrário e independentemente de quem esteja à frente. No passado votei aqui uma moção contra a incineração por ser no Parque Natural da Arrábida, porque era essa a minha opção, e foi na altura totalmente contra o Partido Socialista. Assumo as posições, tal como o Sr. Vereador Luís Rodrigues disse que assumia, sem qualquer tipo de problemas. Que não haja dúvidas, porque não há qualquer tipo de seguidismo.

**Sr. Vereador Manuel Pisco** – Perguntar se aquela preocupação da construção de um terminal no Barreiro, que retiraria importância a Setúbal, se isso se mantém se fosse feito um terminal em Alcântara e determinado pelo PS se isso não afetaria o Porto de Setúbal.

No último ato eleitoral em Setúbal foi levantado pelo PS e ao mais alto nível, como bandeira de campanha, o terminal de cruzeiros. Era bom começar a esclarecer se o terminal de contentores ficaria em alternativa ao de cruzeiros, ou se este ficaria a nascente ou a poente do terminal de cruzeiros. Qual era a preferência?

Já que o Sr. Vereador Paulo Lopes é responsável pelo Partido Socialista local muito folgo em ouvir essa declaração de independência da força política que representa. Quanto à “carneirada” é exatamente, porque sou completamente livre em consciência das posições políticas que assumo que alinho pela CDU e pelo PCP.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – “Halloween”, “Psicose”, “O Silêncio dos Inocentes”, “O Exorcista”, “O Iluminado” e “Nosferatu”, são títulos filmográficos considerados de terror, e de facto o Festroia ao longo de 30 anos nunca foi um festival de filmes deste género. Estava na expectativa que a pergunta fosse dirigida pelos Srs. Vereadores da oposição e acontecesse num quadro de total indignação sobre aquilo que são as reais razões que invalidam a realização da 31.ª edição do Festroia. Infelizmente e sem prejuízo da legítima pergunta que é dirigida à bancada da CDU, que oportunamente o executivo municipal teve oportunidade durante o dia de ontem e já durante o dia de hoje de expressar e justificar aquilo que são os seus argumentos. Resumiria que desde o final da 30.ª edição do festival que o executivo, quer através das declarações que a Sra. Presidente prestou, quer na conferência de imprensa do Festroia, quer na sessão de abertura do Festroia, manifestou a total disponibilidade da Câmara Municipal para continuar a apoiar o festival sabendo de antemão que o ano de 2015, por todos os constrangimentos financeiros que já haviam e que se vieram a verificar seria um ano de grandes dificuldades. Tal como os Srs. Vereadores sabem resultam no valor do orçamento que é conhecido. Aquilo que desde esse momento assumimos e mantivemos nas diferentes reuniões que realizámos com a Associação Festroia é que o valor se manteria inalterável. Nós não tínhamos capacidade, perante as circunstâncias financeiras, de apoiar diretamente com

outros montantes. O que viemos infelizmente a constatar é que o Festroia, e sem exceção àquilo que é a posição municipal, nenhuma outra entidade se disponibilizou para acompanhar o apoio que a Câmara Municipal dá a este festival. Tal como enunciámos ontem e sem prejuízo dos apoios anteriores, que de facto não contabilizei, desde 2002 e desde que a CDU tem as responsabilidades no Município, a Câmara em apoios diretos apoiou o Festroia em 1 milhão e 600 mil euros. Além disto houve apoios indiretos como as salas e apoios logísticos. As entidades públicas e a Secretaria de Estado da Cultura têm as políticas que temos vindo a assistir e decidiram retirar 50% do apoio.

Apoiado naquilo que é muitas vezes a prática da bancada do Partido Socialista tive curiosidade de recuperar uma ata de 2009 onde por proposta deste partido e do Sr. Vereador Catarino Costa resultou uma redução do apoio ao Festroia, o que me espantou. Com a subscrição da proposta pelo Partido Social Democrata – o que não seria de estranhar outra coisa – propuseram, mesmo com a argumentação da Sra. Presidente dizendo que com todos os compromissos já assumidos era um exagero a proposta apresentada, propuseram a redução. No caso foi aprovada com os votos do PS e PSD e a proposta da CDU foi reprovada. O PS por sua proposta fez com que o festival tivesse uma redução do orçamento nesta data. Considero que a proposta que o Sr. Vereador Fernando Paulino hoje traz se enquadra noutra filosofia, numa preocupação de outra ordem. Tenho aqui a ata para o Sr. Vereador consultar se quiser, mas isto demonstra bem as preocupações que o Partido Socialista às vezes tem, um pouco como “O Silêncio dos Inocentes”. Do Partido Social Democrata também não se pode esperar outra coisa naquilo que é a prática em matérias de cultura. Para nós hoje é um dia profundamente triste, porque da parte da Câmara tudo fez e disponibilizou. O valor direto já tinha sido anunciado à organização do Festroia que veio dizer através de comunicado que exceção feita à Câmara todos os outros apoios foram cortados significativamente, ou quase na sua totalidade. Manifestamos mais uma vez a nossa solidariedade com o festival, não vamos deixar de continuar a colaborar com a Associação Festival Festroia e esperamos que as outras entidades, como a Secretaria de Estado da Cultura, o ICA e outras, possam acompanhar. Não sei se o Sr. Vereador Paulo Lopes sabe o que significa a Câmara assumir o que falta para realizar o Festroia, mas as contas são públicas e basta consultar. Estamos a falar de montantes aproximados, em apoios diretos, de 250 mil euros. Um festival como este não se resume a apoios diretos, há um conjunto de outros apoios como os transportes, apoio logístico, aluguer de projetores digitais, etc.. Do ponto de vista orçamental é de todo inviável a Câmara poder suportar o diferencial que vai desde o apoio que manifestámos para 2015. É para nós um dia triste e não é um “até sempre, mas um até já”, acreditando que quem vier a estar na cultura olhe para isto, e é paradigmático que tivesse de haver esta informação para que o Festroia fosse tão reconhecido por algumas entidades, coisa que da parte da Câmara nunca deixou de acontecer, estando sempre ao lado de um grande evento que prestigia a cidade e o País.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Na linha de filmes como “Se7en”, “Batman”, ou outros, o suspense continua quando poderíamos ao menos ter a noção do que se passou relativamente ao não apoio a esta edição do Festroia, e se isso nos fosse indicado. Dada a dimensão que o festival tem e dado o apoio necessário para realizar a 31.ª edição, era natural que a vereação, nomeadamente a oposição, tivesse conhecimento, isso não aconteceu e soubemos pela comunicação social que está atenta a estes problemas, e ainda bem. Não soubemos da dimensão disto e o suspense manteve-se sempre. Não sabemos qual é o orçamento e o apoio que não foi dado, foi dito pela comunicação social que faltavam 75 mil euros, pelo menos é o que consta na edição de hoje do jornal “O Setubalense”. A Câmara sempre apoiou o Festroia e a posição em mandatos anteriores não me interessa, porque respondo pelo Partido Socialista e não por membros do partido e porque ninguém votou contra o Festroia. Somos do Partido Socialista, mas somos livres para assumir as nossas posições, entendemos que outros não o possam fazer, mas nós fazemos isso.

A intervenção que fiz foi no sentido de lamentar que o festival não se realize este ano e perguntei se será possível mesmo assim e dados os constrangimentos da Câmara este ano, se

se poderia apoiar e na linha do que tem sido a política do executivo relativamente à cultura. Reconhecemos isso e nessa linha perguntámos se era possível. Se o Sr. Vereador Pedro Pina ou a Sra. Presidente disserem que não é possível a resposta é legítima. Não há aqui qualquer questão política por detrás, apenas uma preocupação e um lamento que não se realize por falta de apoios. Lamentamos também que quem tem responsabilidades de apoiar não o tenha feito e não há aqui nenhuma crítica à Câmara Municipal. Aceitamos a resposta que derem, mas a pergunta tinha de ser feita, porque é um lamento e a Câmara podia fazer esse esforço e depois para ao próximo ano logo se veria.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Creio que o Sr. Vereador Fernando Paulino não terá ouvido com atenção, aquilo que disse foi que desde o final da 31.ª edição que a Câmara, quer através da Sra. Presidente quer de mim próprio, manifestámos à Associação Festroia a possibilidade para manter intactos os valores com os quais apoiávamos e que são públicos. A Câmara apoiou o festival no ano passado no montante direto no valor de 80 mil euros e isto sem contar com todos os outros custos contabilizados no montante de 25 mil euros nas mais diferentes formas, como comunicação e apoios logísticos. Para perfazer o valor para chegar ao orçamento previsto para a edição de 2015, provavelmente semelhante à edição de 2014, já estamos a falar de um diferencial que é insustentável para a Câmara Municipal. A questão fez-me realçar a diferença entre uma direta e objetiva afirmação do Partido Socialista sobre aqueles que são responsáveis sobre a política cultural do País. O Sr. Vereador enquanto pessoa informada sabe os critérios que o ICA, diretamente dependente da Secretaria de Estado da Cultura, definiu para a atribuição de apoios aos festivais. Decidiu por uma fórmula de cálculo de atribuição dos valores fazer com que acontecesse uma redução de mais de 50% de apoios aos festivais, atribuindo através de comissões independentes para a atribuição destes subsídios verbas que só acontecem de forma aleatória e com júris independentes. Para nós é muito claro que as razões que levam a que o festival tenha sido cancelado têm nome, chama-se ausência de política cultural do Governo Português. Não pode em momento algum o ónus da não realização ser beliscado, porque se houve entidade que se empenhou para que houvesse edição de 2015 chama-se Câmara Municipal de Setúbal. Isso é evidente no comunicado que a própria associação apresentou.

A gestão do festival é da Associação Festroia e quando o Sr. Vereador diz que o executivo não partilhou, não havia necessariamente questões a partilhar, isto faz parte do que estamos a discutir e traríamos certamente em breve aquilo que era a proposta de apoio da Câmara. A Associação Festroia comunicou-nos que com os meios que estavam disponibilizados para além dos que a Câmara já tinha informado que de facto não tinha condições e mesmo com todo o esforço que o executivo estava a fazer para a edição de 2015. Além disso tivemos várias conversas por uma questão até de privacidade sobre outras formas de apoio, para além do apoio direto, que a Câmara estava disponível para a realização do festival.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Em que parte da intervenção não fui claro?

**Sr. Vereador Pedro Pina** – O Sr. Vereador não foi de todo claro e o que disse foi de uma total desinformação sobre os montantes que esta câmara aprovou relativamente ao Festroia. Fiz uma intervenção a dizer que o apoio era exatamente o do ano anterior e o Sr. Vereador parece que leu mal a notícia de “O Setubalense” pois a jornalista teve oportunidade de clarificar. São lapsos, o que compreendo perfeitamente.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – A intervenção não tinha só a ver com os valores, mas sim se a Câmara queria e tinha, ou não, a capacidade de apoiar o festival.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Foi uma vez mais com surpresa que a Câmara no quadro das responsabilidades que tem no CLAS foi confrontada na passada semana com uma informação do Centro Distrital de Segurança Social sobre o cancelamento dos serviços centralizados, nomeadamente no que diz respeito a atendimento social que estava descentralizado nas juntas

de freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, União de Freguesias de Azeitão e na do Sado.

Esta situação em nosso entender não é compreensível pela forma como foi conduzido o processo e não foi compreendido pelas freguesias, pelas famílias e utentes que beneficiavam do serviço descentralizado e que foram confrontados com esta informação. Também nos vamos habituando à forma como o Governo e em particular o ministério vem introduzindo as suas propostas nestas matérias dizendo que isto é uma situação transitória e que será substituída por uma coisa que ainda se desconhece e com a designação de RLIS – Redes Locais de Inserção Social. Manifestámos a nossa total indignação à Sra. Diretora do Centro Distrital, embora tivesse tido a amabilidade de consequentemente reunir com os presidentes de junta de freguesia. Esta foi uma forma abrupta e incompreensível pelos últimos dois anos em que o Centro Distrital de Segurança Social esteve a descentralizar serviços, com base naquilo que se designou de aproximar os serviços das populações e da comunidade vindo-se agora em nome da austeridade relacionada com os recursos humanos retirar os serviços centralizados, não apresentando no imediato uma resposta. Esperamos e acreditamos que vamos encontrar uma solução e que o centro distrital possa recuar em algumas destas posições. Quero acreditar que sim em nome do que é o atendimento social e a prestação desta intervenção às populações, nomeadamente às freguesias, as que mais distanciadas estão dos serviços da segurança social. Infelizmente a realidade e as circunstâncias da pobreza e da exclusão são as que conhecemos e o concelho defronta-se também com estes problemas. Acreditamos que isto será uma situação a ser considerada e que haja um recuo do centro distrital mantendo a capacidade para que estes serviços possam continuar a responder a estas populações que não têm nem meios nem recursos para se descolar ao Centro Distrital de Segurança Social, a fim de poderem ser acompanhadas pelos seus técnicos e em função das medidas que lhes possam ser consideradas ser apoiadas.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Refiro a edição recente de um pequeno livro sobre as conclusões do segundo encontro do “Nosso Bairro, Nossa Cidade”. Tenho falado deste projeto regularmente nas reuniões da Câmara e dado informação, mas é muito importante referenciar este documento na medida em que este segundo encontro, ao contrário do primeiro, foi temático, organizado, e debateu por bairro as necessidades de cada um deles.

Os cerca de duzentos participantes puderam dar a sua opinião estando organizados no plenário em seções e cada uma destas colocou os problemas que entendeu e que devem ser resolvidos, aprovando um conjunto de propostas que estão vertidas no livro. A obra assume uma forma semelhante ao “Ouvir as Populações, Construir o Futuro” em que aparece para cada bairro compromissos concretos envolvendo a proposta concreta, uma ação a que corresponde uma proposta e um calendário indicativo da sua execução, sendo que a execução do que aqui está proposto é válido por um ano. Visto que em novembro de 2015, em princípio, voltaremos a ter outro encontro, neste caso o terceiro, vamos prestar contas do que foi decidido e vamos reavaliar a situação para definir novas propostas de ação. O que aqui está são compromissos firmes do Município e dos moradores para entre ambos realizar estas medidas. Essa é a questão mais relevante das conclusões do encontro. Irei distribuir o livro aos Srs. Vereadores e parece-me que é um documento interessante que dá a ideia exata do nível do compromisso da comunidade com o Município em relação à melhoria da sua própria vida e com total autonomia.

**Sra. Presidente** – Faleceu mesmo agora um funcionário da Câmara Municipal de Setúbal, o Sr. Facas, sentiu-se mal e morreu repentinamente. Às 16h00 estava a trabalhar e teve um ataque cardíaco fulminante. Era de facto um excelente funcionário e trabalhava na Câmara há muitos anos, era topógrafo, e era muito querido por todos os colegas e pelo executivo. Fazia anos no mesmo dia que eu e tínhamos até uma relação mais próxima por via disso. Ele estava a fazer o levantamento topográfico do parque de campismo no Outão estando acompanhado por colegas, tendo caído para o lado. Quando veio a ambulância do INEM já não havia nada a fazer.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Também recebi uma chamada sobre isto, porque me ligava a Facas uma amizade de 40 anos, somos de famílias amigas e tínhamos uma relação muito próxima. É com muito sentimento que recebi esta notícia.

Nesta altura dos trabalhos foi feito um minuto de silêncio em memória de Henrique Facas, funcionário da Câmara Municipal de Setúbal.

**Sra. Presidente** – Apesar deste constrangimento pretendo dar resposta aos assuntos para não virem depois na próxima reunião e para ficarem já arrumados.

Em relação ao terminal de contentores subscrevo exatamente o que disse, quer o Sr. Vereador Manuel Pisco, quer o Sr. Vereador André Martins que na sua segunda intervenção referiu, e muito bem, que esta tem sido uma decisão da APSS e que faz parte da comunidade portuária na qual nos integramos e estamos completamente solidários. Estaremos ao lado daquilo que forem as decisões maioritárias da comunidade portuária e se for o sentido e a decisão desta comunidade em relação à vinda do terminal de contentores para o Município de Setúbal apoiaremos integralmente essa decisão. Nesta conferência da Comunidade Portuária tivemos oportunidade de dizer que individualmente a decisão da Câmara é aquela que for a melhor para a região e para o País e a que custar menos dinheiro ao País, tendo em conta que temos aqui as infraestruturas mais caras e que estão feitas.

Quanto ao calado para os navios de grande porte e a questão das dragagens, depois de o terminal começar a funcionar é que vêm as manutenções e as grandes despesas, que são de facto na linha de água. Dissemos isso na nossa intervenção e escusamos de estar continuamente e repeti-lo. Não estamos “para aqui virados” e que me desculpe o Partido Socialista depois de uma notícia destas estarmos aqui a “bater no ceguinho”, mas tem de ser dito que isto é a agenda política do PS, a de malhar na CDU e a ver se coloca os municípios da mesma cor em guerra. Não queremos fazer a agenda do Partido Socialista. Já dissemos publicamente que a APSS sabe qual é a nossa posição, dissemo-lo na Comunidade Portuária e nesta conferência, queremos o que for melhor para o concelho, para a região e para o País.

Tal como o Sr. Vereador Manuel Pisco referiu também gostava de saber se à frente da Câmara Municipal do Barreiro estivesse o Partido Socialista o que é que diria, se estaria “a bater palmas” e independentemente de quem estivesse à frente desse município. Isto são agendas políticas e cada um tem de “pôr os pontos nos i’s” nestes fóruns. Não alinhamos nisto nem nesta discussão que de facto consideramos não levar a lado nenhum. Não se trata de fazer um outro terminal, mas de um investimento privado e o Sr. Secretário de Estado disse-o na conferência da Comunidade Portuária, aquilo só se realizará se houver investimento privado e não disse exatamente se era na totalidade ou se era só em terra, isso não está claro e nem nas respetivas atas está. Uma parte dos contentores virá para Setúbal, porque aquele terminal não vai absorver tudo, e não estamos a falar de uma coisa para carga nova, mas de carga já depositada na APL e que seria orientada para a margem sul uma vez que ali não há condições para toda a carga. A APL e a Câmara de Lisboa querem desbloquear aquela zona de Lisboa e tirar dali os contentores. Não estamos a criar mais contentores, mas a fazer com que aqueles que são depositados na APL venham a ser deslocalizados para Setúbal e Barreiro, ou vice-versa.

A Câmara não fez nenhum corte com o Festroia e com aquilo que é o “saber fazer” da associação, nomeadamente a gestão cinematográfica da sala do Charlot. Chamo à atenção que aquela sala já ganhou prémios nacionais e internacionais em relação à organização e gestão da programação daquela sala. Nós não dissemos “acabe-se com o Festroia”, dissemos que não temos mais que isto e que não conseguimos dar mais que os 80 mil em dinheiro. O aluguer da máquina digital tem de se fazer todos os anos, o pagamento ao projecionista, as refeições, o aluguer de transportes, as alimentações e tudo aquilo que o Sr. Vereador Pedro Pina disse que ronda os 25 mil euros – quando não é mais. Foi isso que dissemos ao Festroia. Relembro aos Srs. Vereadores que tivemos este ano um orçamento inferior, num valor de cerca de menos 30 milhões de euros, não são 30 mil euros, foi um corte que quisemos também que houvesse e não podíamos continuar na senda de um orçamento com valores que depois

não se conseguisse concretizar. O reequilíbrio financeiro do Município é também um objetivo, não podemos estar a aumentar o orçamento quando o queremos reduzir e não podemos estar a dar o dobro para todas as atividades, porque senão onde é que vamos buscar o dinheiro? O Festroia entendeu isto muito bem e porque seria o dobro. O Sr. Vereador Pedro Pina fez muito bem em trazer a ata, porque ia referi-lo. O Partido Social Democrata quando tínhamos a maioria relativa sempre se bateu para saber as contas todas e queria até acabar com o protocolo com o Festroia. Perguntava porque não era a Câmara a fazer e a gerir, isto está em várias atas. Nesse ano também se bateu com o Partido Socialista e os dois propuseram em conjunto que fosse reduzido substancialmente o valor a atribuir para o Festroia. Estamos, portanto, perante a criação de um facto político, isto é o papel da oposição perguntando se a Câmara não pode ajudar o Festroia.

A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, através de Luís Campos Ferreira, promoveu o projeto “Embaixadorias”, convidou a Câmara Municipal de Setúbal a entrar no projeto, o que aceitámos com todo o gosto. Na semana passada estivemos dois dias com o projeto no Município e consistia em ter um país representado pelo seu embaixador que visitava algumas empresas consideradas as mais importantes, para promover contactos comerciais. No primeiro dia a visita foi à Portucel e à Etermar onde acompanhámos o Sr. Embaixador de Angola e o Sr. Secretário de Estado. Foi extremamente importante e produtivo uma vez que há uma grande exportação da Portucel para Angola e da Etermar na construção de portos em alguns países de África, nomeadamente em Angola. No dia seguinte tivemos uma visita às caves José Maria da Fonseca com um almoço sobre vinhos. Dentro deste projeto tivemos ainda um jantar com cerca de 30 empresas.

Seguidamente leu a moção relativa ao Dia Internacional da Mulher, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13:

**“DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 8 DE MARÇO**

*Comemorar o dia Internacional da Mulher em 2015, no nosso país, é manter viva a ideia da necessidade permanente de combater a discriminação e de lutar para exterminar fenómenos como os da violência doméstica, que atinge, principalmente, as mulheres.*

*Comemorar este dia em Portugal, e neste ano, deve também ser mais um momento para recordar as dificuldades que, nos últimos anos, têm sido impostas às mulheres e a todos os portugueses, com retrocessos inaceitáveis em conquistas sociais pelas quais lutámos arduamente, das quais não abdicamos.*

*A comemoração do dia Internacional da Mulher tem de ser ligada à realidade presente, uma realidade em que sobressaem as dificuldades, em que aumenta o risco de pobreza, em que se mantêm elevadas taxas de desemprego, em que são reduzidas e retiradas prestações sociais que, em que o acesso à saúde para todos é cada vez mais dificultado.*

*Urge, pois, celebrar o Dia Internacional da Mulher com os olhos postos no que é preciso fazer para construir um futuro diferente, um futuro melhor.*

*O 8 de março continuará, contudo, a ser sempre um dia para afirmar com a maior veemência a necessidade e a urgência de se atingir a total igualdade de direitos entre mulheres e homens, a total igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, a total igualdade com que as sociedades devem olhar para o ser humano independentemente do seu sexo, cor, religião e opção política.*

*Assinalar, comemorar o Dia Internacional da Mulher é lembrar o longo e duro caminho já percorrido e o longo e duro caminho que ainda se terá que percorrer para que finalmente se possa afirmar que a humanidade percorre um caminho partilhado, sem nenhuma desigualdade entre mulheres e homens.*

*Neste Dia Internacional da Mulher, saudemos todas as mulheres que, de uma ou outra forma, têm dado contributos decisivos na luta pela igualdade de direitos das mulheres. Saudemos todas as mulheres que, orgulhosas da sua condição feminina, iluminam os caminhos para que um dia o Dia Internacional da Mulher não tenha razão de existir.”*

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Vou acompanhar esta moção apesar de que não a escreveria exatamente como está, nomeadamente no 3.º parágrafo, mas também sei e é evidente que apesar disso todos sabemos as dificuldades que estamos a passar.

Também quero relevar casos que este ano têm sido muito frequentes e ainda ontem mais um aconteceu no Seixal e foi noticiado hoje sobre uma morte e depois um suicídio num caso de violência doméstica. De facto é muito preocupante o que se está a passar e todos nós temos de encontrar maneira, não sei como, de olhar para nós mesmos e para as nossas famílias, e por isso acompanharei o voto.

Porque há um dia muito próximo, a 7 de março, o PSD vai ter uma iniciativa em Setúbal, porque o País evoluiu muito do ponto de vista político nestes últimos 40 anos, com todas as coisas boas que o 25 de Abril nos trouxe, mas também os excessos do ponto de vista político já não têm a dimensão e a gravidade que tinham. No tal comício que não se realizou em Setúbal, e por tudo o que é conhecido, vamos agora fazer a evocação, e muito bem, porque Setúbal cresceu e o País também se tornou mais responsável e maduro do ponto de vista político. Também aí estamos todos de parabéns porque a convivência democrática é muito importante, apesar das nossas divergências, e ainda bem, porque é assim que o País avança.

**Sra. Vereadora Dália Rego** – Também subscrevem esta moção, na íntegra.

A Sra. Presidente submeteu a moção a votação, a qual foi aprovada por unanimidade e em minuta.

## **B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 18.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

### **Índice**

#### **A) Período de Antes da Ordem do Dia**

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

#### **B) Período da Ordem do Dia**

- 1. Deliberação n.º 62/15 – Proposta n.º 17/2015 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Parecer prévio vinculativo para a prorrogação da prestação de serviços de assessoria jurídica ao Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, pelo período de 3 meses.**
- 2. Deliberação n.º 63/15 – Proposta n.º 09/2015 – DURB/DIPU – Constituição da equipa técnica proposta para a elaboração do Plano de Pormenor da Salmoura – Câmara Municipal de Setúbal – União das Freguesias de Azeitão.**
- 3. Deliberação n.º 64/15 – Proposta n.º 10/2015 – DURB/DIPU – Elaboração do Plano de Pormenor da Salmoura – Câmara Municipal de Setúbal – União das Freguesias de Azeitão.**
- 4. Deliberação n.º 65/15 – Proposta n.º 11/2015 – DURB/DIPU – Beneficiação de infraestrutura viária – PORTIS – Hotéis Portugueses, S.A. – Avenida Álvaro Cunhal – Freguesia de São Sebastião.**
- 5. Deliberação n.º 66/15 – Proposta n.º 01/2015 – SMPCB – Protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e as superfícies comerciais de distribuição.**
- 6. Deliberação n.º 67/15 – Proposta n.º 05/2015 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de São Luís da Serra.**
- 7. Deliberação n.º 68/15 – Proposta n.º 06/2015 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festas do Senhor do Bonfim.**

8. **Deliberação n.º 69/15 – Proposta n.º 07/2015 – CBSS - Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Troia.**
  9. **Deliberação n.º 70/15 – Proposta n.º 08/2015 – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “AKI Bricodis, S.A.”.**
  10. **Deliberação n.º 71/15 – Proposta n.º 07/2015 – DOM/SMHAB – Revisão de rendas ao abrigo da Lei 81/2014, de 19 de dezembro e atenuação do impacto da fórmula de cálculo nos agregados familiares.**
  11. **Deliberação n.º 72/15 – Proposta n.º 16/2015 – DAFRH/DIRH – Programa de Redução de Efetivos no âmbito dos órgãos e serviços da administração local – Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração local / Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro. RETIRADA.**
  12. **Deliberação n.º 73/15 – Proposta n.º 18/2015 – DCED/SMBM – Doação de obra de arte ao Município.**
  13. **Deliberação n.º 74/15 – Proposta n.º 19/2015 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube.**
  14. **Deliberação n.º 75/15 – Proposta n.º 20/2015 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro de animação de Setúbal – Centro cultural de Setúbal – CRL.**
  15. **Deliberação n.º 76/15 – Proposta n.º 21/2015 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Montanhismo da Arrábida.**
- C) Período Destinado à Intervenção do Público**

1. **Deliberação n.º 62/15 – Proposta n.º 17/2015 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Parecer prévio vinculativo para a prorrogação da prestação de serviços de assessoria jurídica ao Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, pelo período de 3 meses**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

2. **Deliberação n.º 63/15 – Proposta n.º 09/2015 – DURB/DIPU – Constituição da equipa técnica proposta para a elaboração do Plano de Pormenor da Salmoura – Câmara Municipal de Setúbal – União das Freguesias de Azeitão**

O Sr. Vereador André Martins leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Pelo que se percebe neste plano é para se fazer a alteração ao Plano Diretor Municipal e se calhar bem e para possibilitar que algumas das empresas já instaladas se mantenham e desenvolvam a sua atividade. Não é só isso, mas até são elas que o vão pagar. Se fosse só isso até seria mais difícil avançar com este plano – e isto não é mau e nem me choca o modelo em que são os privados a pagar – mas é a Câmara que deve ter e exercer o controlo sobre todo o processo, conjuntamente com a Assembleia Municipal. Algumas questões no entanto se colocam, se este plano de pormenor tal como está pensado está de acordo com o Plano Diretor Municipal que aí vem, ou que já deveria ter vindo. Considerando que eventualmente até nem seria necessário fazer um plano de pormenor, não sei se é assim ou não porque se é apenas de alteração ao Plano Diretor Municipal quer dizer que vai ter uma elaboração durante doze meses e durante esse tempo vamos estar à espera que não haja aprovação do Plano Diretor Municipal. Não sei se é assim, estou a perguntar.

Outra questão e também uma afirmação é que este plano de pormenor, porque confronta uma grande área com outro município, seria muito importante que fosse articulado com a Câmara Municipal de Palmela. É claro que o plano vai passar pelo crivo da CCDRLTV, mas a articulação prévia com Palmela é importante, porque o que se fizer aqui tem influência no município vizinho.

**Sr. Vereador André Martins** – Sobre a forma de funcionamento deste processo já veio a reunião de Câmara todo um conjunto de informação que deixou claro, para além destas propostas, quais são os objetivos e sobre como isto se enquadra no programa de revisão do PDM em curso.

Na proposta seguinte, a da aprovação do plano, vem exatamente a dizer que na revisão em curso do Plano Diretor Municipal é considerada esta área como uma unidade operativa de planeamento e gestão. O nosso futuro PDM é fundamentalmente um plano estratégico. É muito mais isso que um plano diretor no sentido clássico, e por isso considera para determinadas áreas do concelho a constituição destas unidades operativas de planeamento e gestão, exatamente para permitir um melhor enquadramento das especificidades de determinadas situações no território e que devem ser promovidas através do plano de pormenor, o instrumento de gestão. É neste quadro que a proposta de plano de pormenor também se integra na revisão. Quanto à questão levantada de que isto vai demorar um ano, como disse o Sr. Vereador, estamos na expectativa de o plano diretor não ser aprovado este ano. A situação da revisão do plano diretor neste momento tem a ver com a resposta dos serviços de ambiente, agricultura e florestas, e tem a ver com questões que colocámos, primeiro aos serviços e têm a ver com questões de RAN e de REN e com as quintas de Setúbal. Fizemos uma reunião pública com os proprietários das quintas de Setúbal e Azeitão no âmbito do plano de revisão exatamente para transmitir aos proprietários e interessados que a Câmara estava preocupada com esta situação, designadamente com a degradação do enorme património que ali está representado. Não há, nos instrumentos de planeamento em vigor, saída para estas situações, porque não pode haver alterações significativas à RAN para depois haver investimento nessas quintas, que, para além da agricultura, permitam outro tipo de atividades mantendo-se a agricultura e dependendo das características das quintas, mas com a possibilidade garantir retorno no investimento salvaguardando o riquíssimo património edificado que elas detêm. Isto é uma preocupação que temos e fizemos um levantamento rigoroso quinta a quinta e falámos com os proprietários sobre as possibilidades que eles próprios têm. Muitos proprietários dessas quintas mantêm-nas, mas não têm capacidade financeira para fazer os investimentos de recuperação do património e sem retorno, e é essa a questão que está colocada. Neste processo de revisão fizemos esse levantamento rigoroso da situação, falámos com os proprietários e apresentámos uma proposta pública com a qual e na generalidade os proprietários estavam de acordo, e entregámo-la nos serviços técnicos da agricultura e florestas. Do ponto de vista técnico o que nos foi dito foi que estariam de acordo com a proposta, mas nos termos da legislação em vigor a aceitação dessas propostas passaria por decisões políticas. Portanto, tivemos de fazer o percurso falando com os Srs. Secretários de Estado, foram apresentadas as questões e estamos à espera que haja decisão. A revisão do plano diretor depende dessas decisões que consideramos muito importantes para o futuro de Setúbal e Azeitão, porque esta é uma marca muito importante no nosso território e fundamentalmente na Serra da Arrábida, porque situam-se estas duas áreas de um lado e do outro da serra. Essas são as razões do atraso neste momento, há outras razões que já tive oportunidade de explicar e que têm a ver com o facto de em 2009 o governo de então promover uma alteração ao PROT da área metropolitana. Andámos dois anos num trabalho muito significativo de todos os municípios envolvidos, a CCDR, equipas técnicas, etc., e passados dois anos estava a proposta que foi aprovada na área metropolitana e em condições para ir para discussão pública. O que aconteceu é que foi para o gabinete do Sr. Secretário de Estado e que se saiba ainda hoje lá deve estar e nunca teve “a luz do dia”. Entretanto as nossas equipas técnicas como trabalharam em todo o processo foram elaborando a revisão do PDM também de acordo com as decisões que se iam tomando nessas equipas. Agora temos

uma versão de planeamento e ordenamento do território em função de um plano de ordenamento da região metropolitana. O que em conversa nos disse o Sr. Presidente da CCDR foi que o que podia avaliar de uma proposta de PDM é relativamente ao PROT de 2004. Esta questão ficou no ar, mas a nossa preocupação fundamental é esta que temos vindo a desenvolver junto do Sr. Secretário de Estado e que esperamos que a qualquer momento haja uma decisão, de acordo com o que propusemos, ou uma possibilidade de viabilizar algumas soluções, já que nos parece que há abertura nesse sentido. Pode não ser exatamente a proposta que apresentámos, mas haver uma abertura no sentido de soluções que viabilizem retorno dos investimentos e a salvaguarda do património.

Em informação à Câmara estive na semana passada em reunião do Conselho Regional de Lisboa e Vale do Tejo onde fomos informados pelo Sr. Presidente da CCDR de que os PDM's que não foram apresentados para apreciação à CCDR até junho deste ano poderão ficar pelo caminho, porque a partir de junho deste ano vai ser aprovada uma proposta de programa de ordenamento do território da Área Metropolitana de Lisboa com orientações e pressupostos bastante diferentes do que é o plano de ordenamento do território. Isto é o quadro em que os municípios da área metropolitana se situam e dá para perceber como tudo isto anda.

Este plano de pormenor é proposto para aquilo que o Sr. Vereador referiu, a possibilidade de garantir que aquelas empresas, pelo menos as três que são parceiras neste processo, se mantenham e se expandam e ao mesmo tempo que permitam que haja uma estruturação daquela área e que haja a implantação das infraestruturas que são fundamentais para que tudo isto se articule. O plano de pormenor é o instrumento mais adequado para prosseguir esses objetivos.

Em relação à questão da ligação com Palmela, um plano de pormenor incide fundamentalmente sobre um território, não tem implicações de maior e nem questões muito significativas a apurar, até porque existem duas vias estruturantes naquela zona e que separam o Concelho de Setúbal do de Palmela. Estes planos e contratos são feitos com o investimento e contratação das equipas técnicas por quem paga, mas há um acompanhamento e orientação que é aprovada em reunião de Câmara. Sobre o andamento destes planos que são acompanhados por equipas técnicas da Câmara de Setúbal neste caso concreto funcionam em articulação com as equipas técnicas de Palmela, como não podia deixar de ser. Esta questão está salvaguardada, porque no desenvolvimento da proposta haverá certamente informação à Câmara de Palmela relativamente às propostas deste plano e considerações que Palmela possa considerar.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 64/15 – Proposta n.º 10/2015 – DURB/DIPU – Elaboração do Plano de Pormenor da Salmoura – Câmara Municipal de Setúbal – União das Freguesias de Azeitão**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador André Martins, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 65/15 – Proposta n.º 11/2015 – DURB/DIPU – Beneficiação de infraestrutura viária – PORTIS – Hotéis Portugueses, S.A. – Avenida Álvaro Cunhal – Freguesia de São Sebastião**

O Sr. Vereador André Martins leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 25.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – A iniciativa é importante, pode ter alguma questão menos boa, mas vai criar mais um acesso num troço desta avenida que neste momento está livre de qualquer acesso, e portanto é sempre ponto de algum conflito, mesmo que seja pouco.

A ideia é boa e pelo menos para a unidade hoteleira é importante. No desenho não se percebe devido à escala e era bom acautelar isso exatamente pela dimensão e perfil da via. Era bom que a entrada e saída da via tivesse via de aceleração e desaceleração senão há ali um conflito, e aí já é grande. Se isso não existir o acesso, isto não deve ser feito, porque não podemos entrar com os carros na perpendicular, e com as dimensões do perfil este tem de ser alterado. Não é só uma questão técnica, é também de segurança e é importante que seja corrigido.

Outra questão que deve ser acautelada é se isto tem alguma implicação ou não ao nível urbanístico, porque existem loteamentos nestes espaços e não sei se isto foi acautelado ou se é necessário alguma alteração dos loteamentos existentes.

**Sr. Vereador André Martins** – É sempre importante que estas questões sejam levantadas e para qualquer técnico devem ser prévias, embora por vezes nem sempre. As questões são pertinentes e não tenho dúvidas nenhuma de que haverá essa via de desaceleração e sabendo-se que é uma entrada e uma saída “em mão” isso acontecerá. O que está aí é um esboço e não o projeto, como bem se percebe.

Relativamente à questão do espaço, a entrada no loteamento é feita por uma urbanização a partir da Estrada do Alentejo e é qualquer coisa que não se percebe e nunca deveria ter sido assim, mas há possibilidades de se melhorar. O acesso vem junto à via, em sentido contrário, e paralelo à Avenida Álvaro Cunhal e a rampa terá de ser feita adequadamente. A via de acesso ao Novotel vem sempre junto à estrada, paralelamente, e o loteamento desenvolve-se no lado oposto. Essa área deve ser classificada como área de proteção, verde e de enquadramento, o que é o normal junto às vias que esta faixa de terreno tem. Não há problema de maior, porque o loteamento desenvolve-se do lado oposto da via e não há qualquer problema. Esta obra, além de beneficiar o acesso muito mais próximo à unidade hoteleira permite também um acesso ao próprio loteamento através dessa via que antes não havia, o que é muito positivo.

Sobre a questão de isto ser mais um problema, isto é mais uma entrada e saída de veículos na via, mas não é uma preocupação que tenhamos na aceção da maneira como o Sr. Vereador quis colocar a questão. Embora isto tendo sido em tempos uma estrada nacional, a Estrada Nacional 10, hoje chama-se Avenida Álvaro Cunhal. Deixa de ser uma estrada nacional com as obrigações que isso implica e passa a ser uma via urbana, e nestas vias as velocidades estão condicionadas pelo Código da Estrada.

Encontrámos em Setúbal uma situação que não sei como foi possível ser desenvolvida, foi criada a ideia aos setubalenses de que tinham uma via rápida dentro da cidade e o resultado foi que a PSP às vezes lembrava-se e colocava-se lá. Toda a gente protestava que a PSP ia lá para a caça à multa. Se era isso ou não, não sei, mas criou-se uma ideia de via rápida que não correspondia à verdade, era uma via urbana com perfil de via rápida, e aqui é que está a contradição. É importante que todos enquanto automobilistas possamos proceder em conformidade porque na cidade o código estabelece uma velocidade máxima de 50 km/h, o que quer dizer que pode haver velocidades inferiores, como acontece e cada vez mais em muitas cidades do País e não só. É uma questão importante e nós vamos alterando a nossa forma de olhar para a forma de os automobilistas se movimentarem nos espaços urbanos. As cidades vão-se transformando e temos de corresponder a essas transformações. A alteração das velocidades dentro dos espaços urbanos é uma questão que está na ordem do dia e é muito importante que os setubalenses se vão também apercebendo disso. As pessoas que andam a pé têm o direito de andar nos passeios, como se estabelece nos regulamentos, e o que verificamos em Setúbal é que muitos automobilistas acham que o melhor sítio para ter os carros é em cima dos passeios. É um contrassenso e não faz sentido nenhum. Isto tem a ver com uma mentalidade que se foi criando ao longo de anos e que agora não é fácil de um momento para outro alterar-se, mas estamos a trabalhar no sentido de fazer com que progressivamente os cidadãos de Setúbal se vão apercebendo que estas opções tomadas há

alguns anos não são de facto as melhores para quem aqui vive e nos visita. É necessário, e estamos a trabalhar nisso, para que se criem as condições para que os carros possam estacionar nos sítios que são criados para esse efeito e os passeios possam servir para se passear ou andar a pé. As ciclovias que se vão construindo também devem ter o seu objetivo. Não tenho tanto essa preocupação manifestada pelo Sr. Vereador de que com esta entrada e saída vamos criar ali mais um problema. Uma zona destas deve ter uma zona de desaceleração, mas isso é próprio das vias urbanas e é um processo normal e deve ser encarado assim e não como se fosse um problema, tal como o Sr. Vereador colocou.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – É importante o esclarecimento sobre os perfis e o tipo de vias, porque isto implica as larguras e tudo o que está à sua volta – é isto que quero que entendam. O Sr. Vereador André Martins às vezes parece que quer trazer coisas que não são, não entenda isso porque se digo que é o perfil e o tipo de via é porque é o que lá está, e não 200 quilómetros, é a realidade que lá está. É a mesma coisa que se passa em frente ao Alegro, é o mesmo tipo de via com as passadeiras que lá estão. Quando se fala em conflito, se não existe nenhum acesso não está lá nada e se há um acesso novo há um conflito – não estou a dizer que é um grande conflito. A acessibilidade traz coisas boas, mas também traz um pequeno constrangimento novo e um conflito. Não traz nenhuma “bomba atómica”, não é nada disso, estou a falar com a maior serenidade, como sempre nestas matérias. O Sr. Vereador não diga que trago coisas que não disse, e até falei em avenida e não estrada, e conheço bem aquela zona.

Também gostava de saber um dia destes quando é que acabam as obras na avenida Antero de Quental, porque o sinal de 30 km/h continua lá mal colocado para quem entra na cidade e desce. Era bom os serviços verem isto, porque devia estar no lado direito e só está no centro da via. O Alegro já foi inaugurado há muitos meses e aquilo continua lá colocado e era bom sabermos quando é que acaba a obra, até aos semáforos.

No caso em concreto quando digo uma coisa é o que quero dizer e não uma coisa qualquer, disse que era o perfil, o tipo de via e aquela avenida. Quando temos uma faixa de duas vias para cada lado aquilo não é uma rua como a que está em frente da Câmara Municipal, não é a mesma coisa independentemente da velocidade ser de 50 km/h. O conflito ali é muito diferente do que existe no parque da Câmara. É apenas um alerta que faço e quis fazer e não se deve transformar numa coisa que não é, mas agradeço as explicações.

**Sra. Presidente** – A via não está inaugurada, o que está é o Alegro, e é uma coisa diferente. O Alegro está acabado e as suas vias circundantes fazem parte de um outro contrato de urbanização que se chama Casvil, foram dinheiros de taxas do Alegro que a Câmara não recebeu, mais de 2 milhões de euros, para se investir naquelas obras que assim não estão acabadas, e será outra inauguração. Ainda não pusemos as placas devidas por todas as obras que já fizemos, e estão aí cento e tal obras. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal diz que a ETAR da Aldeia Grande está pronta, a população veio até agradecer. Noutro dia fiz uma caminhada da Aldeia Grande até à Comenda, de mais de duas horas, com a população e foi lindíssimo andar pela serra. Fomos sempre ao lado da ribeira que já foi um esgoto a céu aberto e que hoje tem água límpida. As pessoas foram ver uma obra que ainda não foi inaugurada e queriam que fosse, e há muitas coisas por inaugurar.

Podia ter sido só feito o emissário para que o Alegro funcionasse, com os diâmetros para o saneamento e águas e que tinham de pagar, mas pegámos no dinheiro das taxas e fizemos na parte da Casvil outra obra de extrema importância. A parte de cima hoje é uma realidade diferente, já não tem nada a ver com o que era: uma coisa fechada e com ar degradado e deprimente. Aquilo tem uma rotunda que as pessoas não veem e é preciso lá ir e entrar por aqueles acessos para se ver. A abertura para os Pinheirinhos é muito importante e levou muito dinheiro nas infraestruturas, estacionamento e arruamentos novos com uma nova rotunda. Foi um dinheiro muito bem empregue, mas a obra está a levar mais tempo e não é uma obra do Alegro. As obras e a qualidade de vida que demos a quem mora em volta do Alegro agora é outra e tudo isto custou muito dinheiro. Isto demora a terminar, porque o empreiteiro está a

acabar a parte de baixo do emissário. Estou informada sobre isto pelo Sr. Vereador e pelos serviços, vou “refilando” com isto, mas aquilo tem razão de ser. As rotundas do Vitória estão quase feitas, e na Alexandre Herculano, Guiné-Bissau e na parte de cima dos Pinheirinhos gostaria de ver tudo acabado, mas é preciso ter calma. Ainda hoje tivemos a oferta da rotunda do Alegro, a dos 4 Caminhos e a da Avenida Europa. Há lá uma que está pronta e vai levar uma decoração toda em ferro, mas faltava a decoração da dos 4 Caminhos. A do Alegro também foi oferta da Fundação Buehler-Brockhaus de três estátuas enormes, todas em mármore e lindíssimas para se colocar naquelas rotundas. As pessoas têm de ter calma, porque isto não se faz de um dia para o outro, foram precisos projetos com arquitetos e escultores, foi hoje aprovado e consignado e tem de se fazer as bases porque são estátuas muito grandes para estas três rotundas. Gostaria de lá ver já tudo, as estátuas todas e as árvores, mas levaram anos e anos sem haver nada e temos de ter calma. Vamos alindar isto tudo, “*step-by-step*”, e ter uma alguma calma, porque do ponto de vista das infraestruturas e das obras que alteraram a cidade são muito profundas e muito grandes.

Em relação ao Novotel só peço aos Srs. Vereadores que tenham confiança nos nossos serviços técnicos e nos técnicos, que são do melhor. Digo isto à medida que conheço outras realidades e outras câmaras. Também aqui, “*step-by-step*”, semana após semana vou ficando surpreendida com as solicitações que esta câmara está a ter para virem cá saber como é que fizemos muitas coisas e em quase todas as áreas. Há câmaras municipais do distrito e de fora que vêm cá saber coisas sobre legislações que foram alteradas no último ano e que nós já implementámos: regulamentos e obras com nova legislação e foram coisas feitas pelos técnicos. Seja em relação aos espaços verdes, viveiros, etc., e já está tudo feito quando há municípios que estão a iniciar esse caminho. Aqui também na área do urbanismo estamos “a dar cartas”, e em todas as áreas. Foram os nossos projetistas e pessoal do urbanismo que pensou e planeou esta entrada e saída. Entre as obras principais e o urbanismo as coisas foram pensadas e com certeza que estão bem pensadas, tenho a máxima confiança nos técnicos. É só ter paciência e esperar para ver como as coisas saem, e se não saírem bem vamos chamá-los e dizer o que falta, mas correrá bem com certeza.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 66/15 – Proposta n.º 01/2015 – SMPCB – Protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e as superfícies comerciais de distribuição**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 67/15 – Proposta n.º 05/2015 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de São Luís da Serra**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 68/15 – Proposta n.º 06/2015 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festas do Senhor do Bonfim**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 69/15 – Proposta n.º 07/2015 – CBSS - Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Troia**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 70/15 – Proposta n.º 08/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “AKI Bricodis, S.A.”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 71/15 – Proposta n.º 07/2015 – DOM/SMHAB – Revisão de rendas ao abrigo da Lei 81/2014, de 19 de dezembro e atenuação do impacto da fórmula de cálculo nos agregados familiares**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33.

**Vereador Carlos Rabaçal** – Esta proposta vem repor, de acordo com a nova lei, aquilo que já tinha sido feito para a lei anterior. Os termos da proposta são equivalentes, ajustando-se à nova proposta. Na Lei n.º 166, os idosos eram muito penalizados e esta Câmara aprovou uma proposta neste mesmo sentido, para atenuar o impacto da lei.

A taxa de esforço admitida vai até aos 25% e nós apontamos para o máximo de 20%.

Detetamos na avaliação que fizemos, que havia um disparar das rendas dos idosos com a nova lei. Fizemos simulações tendo em conta o valor que pagariam na situação atual e no valor que pagarão com o novo cálculo e concluímos que havia um crescimento da renda, por isso esta medida vem atenuar esse impacto. Há casos em que há algum crescimento, noutros casos há alguma redução, mas na situação dos idosos no geral é de crescimento, por isso esta medida era essencial.

Estamos a atualizar todos os dados dos rendimentos e os dados com agregados familiares de todas as famílias. Temos uma atualização de rendimentos para baixo que é regular, porque as pessoas quando têm o seu rendimento baixo, vem declarar à Câmara, mas encontramos situações de pessoas, que tendo baixado os rendimentos depois dos seus rendimentos terem subido novamente, já não os declaram. Essa novidade resulta do facto, que desde 2006 não termos feito uma atualização sistemática de rendimentos, sendo esta a primeira atualização. A lei anterior não previa qualquer penalização pela não atualização de rendimentos, mas esta nova lei já prevê.

Vamos fazer um estudo de todos os casos concretos, para termos uma ideia do impacto real desta lei nos nossos inquilinos. Temos a noção que havendo flutuação nas rendas, a tendência poderá ser no aumento geral de rendas, mas ainda não temos dados objetivos.

Só trarei uma informação detalhada da lei, depois de ter os dados reais que estão a ser trabalhados.

Quando o Governo decidiu impor a atualização de rendimentos gerou uma tal situação, que os contratos atuais caem todos e os atuais inquilinos deixam de ter contrato, tornando-se uma situação “sui generis” e complicada. O Governo não teve em conta o brutal trabalho que isso implicava para os municípios, que têm um número elevado de casas sociais. A nossa equipa de habitação não tem feito outra coisa, a não ser a atualização dos dados. É um inferno ter que andar com impressoras pelos bairros a imprimir e a recolher dados. A situação não tem sido fácil, no entanto, está a haver uma boa resposta por parte dos nossos inquilinos e está a conseguir fazer-se o processo de atualização. Logo que tenha uma informação mais detalhada, terei aqui com todas as “*nuances*” que conseguirmos identificar, o resultado e o impacto desta lei sobre os nossos inquilinos. Temos detetado contradições que não se entendem, em rendas para agregados, que são muito semelhantes. Quem fez a lei não teve o cuidado de fazer suficientes simulações em casos reais, para se perceber o que iria acontecer.

Em termos de novos cálculos de renda, ainda estamos a apurar. A própria lei não define prazos para fazer todo este trabalho, porque por um lado diz que caduca tudo e depois não dá prazos para ajustar as coisas, o que deixa as Câmaras com muitos problemas e com posições díspares.

A proposta que está em cima da mesa, na aplicação da nova fórmula da lei, é para atenuar o impacto dos nossos idosos.

**Vereador Luís Rodrigues** – Quero felicitar o Vereador Carlos Rabaçal pela proposta.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 72/15 – Proposta n.º 16/2015 – DAFRH/DIRH – Programa de Redução de Efetivos no âmbito dos órgãos e serviços da administração local – Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração local / Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro RETIRADA**

**Vereador Luís Rodrigues** – Esta proposta está eivada de política do ponto de vista da CDU sobre esta matéria. Esta Portaria não vem retirar nenhuma autonomia ao Poder Local, antes pelo contrário, permite às Autarquias Locais continuarem a estar livres para decidir como quiserem e nos casos que entenderem. Grande parte dos considerandos que aqui estão, não vem afetar em nada a Portaria e a sua eventual aplicação, quando o Município entender. A justificação deveria ser muito mais concreta, porque a Portaria exige no seu n.º 1, artigo 8.º, “(...)emitir parecer, onde se pronuncia obrigatoriamente quanto à necessidade de manutenção do posto de trabalho ocupado pelo requerente para a prossecução das atribuições cometidas ao respetivo município(...)”, o que não é exatamente o que aqui está. A proposta deveria dizer na alínea b): “*esta trabalhadora faz falta naquele posto de trabalho*”, não é isso que aqui está. Não posso acompanhar a alínea a), porque cada vez que um trabalhador quiser apresentar um requerimento neste sentido, terá sempre que vir aqui, por isso esta alínea, não está a fazer absolutamente nada.

Sugiro em relação a alínea b), que fosse feita uma fundamentação correta, de acordo com a legislação.

A alínea a), deveria ser retirada, mas acho que a proponente não a vai retirar, mas a correção da alínea b), seria importante, porque não implica nenhuma questão política, mas apenas uma justificação sobre o posto de trabalho ocupado pela trabalhadora.

**Vereadora Carla Guerreiro** – Na alínea b), refere que não se pode prescindir da trabalhadora por implicar uma redução dos efetivos numa área carenciada de pessoal. Relembro que em 2011 abrimos um procedimento concursal, para admissão de 4 técnicos nesta área. É uma justificação suficiente para não podermos prescindir de ninguém nesta área. Recordo que entre 2010 e 2011 conseguimos ocupar todos os lugares que nos eram permitidos, após verificarmos a redução dos trabalhadores, porque temos carências em todas as áreas.

**Vereador Luís Rodrigues** – Não estou em desacordo com aquilo que se disse: “*Não se pode prescindir da trabalhadora por implicar uma redução dos efetivos, numa área carenciada de pessoal*”, no entanto, para que esteja de acordo com a Portaria, deveria constar: “*Ela faz falta naquele posto de trabalho*”, porque aquilo que consta é genérico.

Se a proponente quiser acrescentar, para depois nos salvaguardar!

**Vereadora Carla Guerreiro** – Podemos aceitar a sugestão e completar a alínea b). Não me oponho a que se acrescente: “*Não se pode prescindir da trabalhadora por implicar uma redução dos efetivos, numa área carenciada de pessoal, sendo que não se pode prescindir deste posto de trabalho*”.

**Vereador Fernando José** – Há que não confundir aquilo que é uma moção e aquilo que é uma proposta que aqui se traz. Enquanto texto de uma moção, os Vereadores do Partido Socialista nesta Câmara Municipal, embora não tendo nada a opor ao programa de rescisões por mútuo acordo na Administração Pública no atual contexto e atendendo a que existe dificuldade de recrutamento de recursos humanos, em praticamente todas as Câmaras Municipais e dada a impossibilidade de recrutar, não teriam qualquer problema em subscrever uma moção com um texto deste tipo. Inclusivamente numa moção que referisse: “*Esta Câmara Municipal de Setúbal não vai aceitar qualquer proposta de rescisão por mútuo acordo, apresentada no quadro do regime legal, fixado pela Portaria n.º 209/14*”. No âmbito duma Moção ou de uma Recomendação o Partido Socialista, com este texto que aqui está e com a justificação que é dada, iria subscrever, mas aquilo que nos trazem é uma proposta que se consubstancia na Portaria n.º 209/14, nesse sentido devemos analisar esta proposta à luz daquilo que é designado por essa Portaria, independentemente da decisão que venha a ser tomada por esta Câmara Municipal, relativamente a este e a outros requerimentos que venham a ser apresentados por trabalhadores da Autarquia.

No segundo parágrafo desta proposta, que está feita em género de moção, começa por dizer: “*(...)o acordo e a aderência ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo depende exclusivamente da vontade e correspondente decisão dos órgãos(...)*”. Certamente que se trata de uma rescisão por mútuo acordo e por isso tem que haver acordo de ambas as partes, no entanto, a aderência ao programa é imposto automaticamente pela Portaria. A Portaria diz no seu artigo 2.º: “*(...) o programa de rescisões por mútuo acordo na Administração Local aplica-se a todas as entidades incluídas no sector da Administração Local, designadamente Municípios (...)*”. Os Vereadores do Partido Socialista não podem aprovar nesta proposta, algo que contraria e que consideramos ilegal, aquilo que está estipulado na Portaria. Tal como disse o Sr. Vereador Luís Rodrigues, sempre que um trabalhador apresente um requerimento, nos termos desta Portaria, a Câmara Municipal terá que se pronunciar. Esta alínea a) poderá vir numa moção ou numa recomendação que o Partido Socialista poderá fazer em conjunto com a CDU, mas nunca em proposta. Só por isto a proposta deverá ser retirada e feita com outra redação.

Como todos sabemos, a decisão que hoje tomarmos aqui poderá vir a ser alvo de uma contestação por parte da trabalhadora. Quando todos estivermos a votar teremos de saber aquilo que estamos a fazer.

Aquilo que é dito na Portaria, face ao requerimento da trabalhadora, tem que haver uma manifestação expressa da trabalhadora, que o fez de livre vontade. Para que exista decisão a Câmara Municipal terá que apresentar um parecer, que poderá ser a autorização dessa rescisão ou um parecer desfavorável a essa rescisão. Aquilo que estamos a analisar é

precisamente esse requerimento que é apresentado. Quanto a esse requerimento apenas nos é dito duas coisas, o nome da trabalhadora e a data em que a trabalhadora apresentou o requerimento. Não sei qual é a categoria profissional da trabalhadora, não sei em que carreira está incluída e não conseguimos perceber, por que é que essa trabalhadora é imprescindível ao município. Nós temos que ter o parecer que fundamente a razão que leva a Câmara Municipal a fazer esta proposta.

Tentei consultar o processo, mas não existe processo para consulta. Não sei o que levou a esta trabalhadora pedir a rescisão. Embora os Vereadores do Partido Socialista reconheçam as dificuldades que a Câmara Municipal de Setúbal está a atravessar a nível de pessoal e a dificuldade que tem tido a nível de recrutamento, sempre que vem alguma proposta de pessoal, a nossa posição tem sido sempre de voto favorável, porque percebemos perfeitamente aquilo que está a acontecer na Câmara Municipal e na dificuldade que tem face ao pessoal existente, para que possa cumprir as obrigações que têm para com a população.

Enquanto Vereador desta Câmara não me sinto com legitimidade para impedir esta trabalhadora de tratar da sua vida, porque não sou dono desta trabalhadora e nenhum de nós pode ser dono da vida dos trabalhadores. Independentemente de concordarmos ou discordarmos, aquilo que está em causa é a vida de uma trabalhadora, de uma pessoa do qual não somos donos. Se a trabalhadora apresentou rescisão é à luz desse requerimento que nós devemos ter aqui esta discussão. Não conheço a pessoa, mas certamente que a Sra. Presidente e os Srs. Vereadores da maioria a conhecem, nem sei onde trabalha e quais são as suas funções, só sei que a trabalhadora apresentou rescisão de livre vontade.

Isto é a mesma coisa que a mobilidade, o trabalhador faz o requerimento de mobilidade e há uma entidade que nega essa mobilidade. As pessoas querem sair e nós não devemos prender as pessoas. Independentemente de perceber as dificuldades que a Câmara está a ter, temos que analisar tudo isto à luz daquela que é também uma vontade do trabalhador e da premissa que tem.

Na obstante de tudo isto, é do entendimento da bancada do Partido Socialista que esta proposta deva ser retirada.

Quanto há discussão dos prazos, está fora de questão, porque tinham 15 dias e já passaram há muito esses 15 dias, mas isso não é um objeto de grande importância. A proposta deve ser retirada para que nos seja apresentada a fundamentação do porquê desta proposta, que o Partido Socialista até pode vir a votar favoravelmente se nos comprovarem que esta trabalhadora é imprescindível para o funcionamento da autarquia. Para além dessa fundamentação haveria que retirar a alínea a).

**Vereadora Carla Guerreiro** – Existe na realidade uma falta de informação. Não referimos que a funcionária era uma técnica superior, do Serviço Municipal de Comunicação e Imagem. Houve um lapso na proposta, pelo que deveria estar mencionado. Em relação às outras questões que o Vereador coloca, quando se elaborou a proposta decidiu-se fazer uma fundamentação mais lata, em relação àquilo que é o estado dos recursos humanos na Administração Local e os constrangimentos que já temos relativamente a todos estes períodos de redução obrigatória de trabalhadores e ainda mais agora com a questão do programa. Não estamos a considerar que a trabalhadora Susana Manteigas, enquanto pessoa e enquanto só trabalhadora é imprescindível para a Câmara. Se me dissessem: *“a trabalhadora pode ir à sua vida, mas como ela faz falta, podemos abrir um procedimento concursal e podemos colocar alguém no seu lugar”*, nesse caso a atitude em relação àquilo que é a nossa proposta seria diferente. O problema é que a Portaria diz: *“o lugar pode ser extinto no mapa de pessoal, não faz falta”*. Como é que depois posso abrir o procedimento concursal? Como é que vou repor aquele lugar que tanta falta nos faz? (não desta trabalhadora em concreto).

Referi que fizemos um procedimento concursal em 2011, porque era uma área na qual considerávamos que tínhamos algum défice. Neste momento concorremos a PEPAL e fomos contemplados com 4 lugares, sendo que um dos lugares é de comunicação social, porque existe uma grande atividade do município em que nos obriga a ter profissionais nesta área e não temos pessoas suficientes para dar seguimentos às solicitações.

Dizer que podemos prescindir deste posto de trabalho, porque existe uma situação pessoal, não é verdade. Se a Portaria contemplasse situações pessoais, de pessoas que querem ter outras oportunidades na vida para fazer outras coisas, eu poderia apresentar uma proposta nesse sentido, mas isso não acontece de acordo com o que está na Portaria e foi principalmente por esse motivo que nós trouxemos esta proposta. O Vereador refere que poderia ser feita como moção, no entanto esta justificação política aplica-se, porque é devido a posições políticas concretizadas em lei que nós hoje estamos da forma como estamos, não foi apenas por atos burocráticos e administrativos. É por causa de decisões políticas que temos um concurso de cantoneiros de limpeza e motoristas, pendente há um ano. As vicissitudes são enormes e as amarras são muito grandes. Atualmente a Câmara de Setúbal pode fazer os concursos, mas não pode ultrapassar a despesa com o pessoal e por isso encontramos-nos numa situação muito delicada, qualquer que seja o caminho por onde vamos.

Em relação à própria rescisão, para além do princípio existem questões financeiras, estamos a falar de um volume financeiro com cerca de vinte mil euros. Tentamos trazer uma justificação, em que a Câmara tomasse como deliberação a não permissão a este programa de rescisões, porque em qualquer das áreas por onde se vire existe carência, por isso trouxemos esta proposta mais genérica e no sentido mais lato e não no sentido específico do requerimento em causa.

**Vereador Luís Rodrigues** – Na sequência da intervenção do Vereador Fernando José em que eu não acompanho em tudo, como é óbvio, mas era ajuizado da nossa parte, para salvaguardar qualquer deliberação que venha a ser tomada, que ficasse fundamentado onde é que a funcionária trabalha, o que faz, porque não consta na proposta. Se alguém quiser recorrer administrativamente poderíamos minimizar o problema com o referido parecer.

**Vereador Fernando José** – É uma questão jurídica. A questão é que esta proposta deveria vir fundamentada e não veio. Esta proposta é apresentada de uma forma muito mais abrangente, tal como referiu a Sra. Vereadora, a qual, segundo o texto, até podemos concordar com aquilo que aqui está escrito. Estamos a tomar a decisão de um requerimento apresentado por uma trabalhadora, que só agora fiquei a saber que se trata de uma técnica superior e que supostamente estará a trabalhar na área da comunicação social. A Sra. Vereadora referiu-se a um concurso aberto, que eu não sabia qual era esse concurso e no final da sua intervenção, a Sra. Vereadora referiu que estão em causa vinte mil euros e nós não sabemos nada sobre a trabalhadora. Independentemente de trazerem ou não aqui essa fundamentação, poderiam ter deixado o processo para nós consultarmos e na realidade não existe nada para consulta.

Porque entendemos que esta proposta não está devidamente instruída, sugerimos que esta proposta seja retirada e seja trazida em próxima reunião devidamente instruída, com a devida fundamentação. Os Vereadores do Partido Socialista, face àquilo que nos foi dito e face à proposta que nos foi apresentada, até poderão estar em condições de votar favoravelmente a proposta.

Há outra questão que não é de menor importância e que está relacionada com a proposta que é apresentada na alínea a), a qual não pode ser votada na Câmara Municipal de Setúbal, porque não faz qualquer sentido a Câmara Municipal de Setúbal votar uma proposta que vai contra a Portaria. Sempre que um trabalhador da Câmara Municipal de Setúbal apresente um requerimento, esse requerimento tem que vir a reunião de Câmara para ser discutido. Estamos a condicionar e a ir contra a lei que está em vigor, a qual podemos concordar ou discordar. Independentemente de qualquer requerimento que venha a ser apresentado, já não vamos aceitar.

Aquilo que propomos é que a proposta seja retirada, que venha apenas com a alínea b) e que seja retirada a alínea a) e que venha devidamente fundamentada, porque esta proposta não está fundamentada.

Se entenderem, até poderão apresentar uma moção ou uma recomendação, que nós iremos subscrever ao lado da CDU, sem qualquer tipo de problema.

**Vereadora Carla Guerreiro** – Esta proposta foi feita pelos serviços e por um jurista dos nossos serviços. Em termos de discussão jurídica terão sido acauteladas as questões em relação à Portaria. Existe a questão da identificação da trabalhadora que não está mencionada na proposta. Aquilo que o Sr. Vereador Fernando José disse em relação às questões jurídicas, penso que estão acauteladas, porque foi um jurista da Câmara que fez a proposta.

Não temos a identificação completa da trabalhadora, não temos a carreira, não temos a categoria e não temos o lugar que ocupa no mapa de pessoal, isso é imprescindível e tem que constar na proposta. Julgo que se pode acrescentar estas questões formais.

**Sra. Presidente** – Qual a urgência desta proposta?

**Vereadora Carla Guerreiro** – Não têm urgência, por isso podemos retirar a proposta.

**Vereador Fernando José** – Não existe qualquer finca-pé da nossa parte.

Costuma-se dizer que quando existem dois juristas existem três interpretações diferentes, mas não é o caso. O art.º 10.º, nos pontos 3.º e 4.º são bem claros relativamente a esta matéria, pelo que não há dúvidas.

Percebo a colocação desta alínea a), mas a mesma não poderá constar na proposta, por essa razão entendemos que se deve retirar a proposta, para que possa voltar numa próxima reunião com a devida fundamentação. Estamos a tratar do requerimento da trabalhadora que aqui é apresentado, em que a única coisa que sabemos é o nome da trabalhadora e mais nada.

**Sra. Presidente** – Se a Sra. Vereadora achar que não há problema em relação à data, a proposta virá na próxima reunião.

Se há dúvidas em relação à alínea a), teremos que verificar com outro jurista. Estou de acordo com o Vereador Fernando José, quando há dois juristas há sempre três sentenças. Por isso vamos consultar mais um jurista, para que surja quatro ou cinco sentenças e possamos tirar as dúvidas.

Em relação à trabalhadora, o que virá aqui é pura e simplesmente a identificação da trabalhadora, não virão os motivos pela qual ela está a pedir a rescisão.

**Vereador Fernando José** – Mas deve constar no processo. Eu tentei consultar o processo e não existia para consulta. Provavelmente se o processo existisse evitar-se-ia esta discussão.

**Sra. Presidente** – A funcionária apenas pede a rescisão. Eu sei quais são os motivos, mas não vos vou dizer. Já demovi a funcionária de sair do município, três vezes, porque considero que ela precisa de ajuda. Por duas vezes consegui que ela ficasse. É mais um erro que ela vai fazer, mas ela é que sabe. Atrás deste virão muitos outros e as pessoas vão ficar muito piores do que estão agora. Gosto muito da Susana e dos outros trabalhadores e por isso tentamos ajudar e alertamos para as situações. Os problemas da pessoa não são chamados para aqui e o município não pode resolver o problema da sua vida.

O problema é exatamente a extinção do posto de trabalho e o posto dela é fundamental. Este posto é imprescindível e depois temos que ir ao “grupo dos seis”, buscar seis pessoas para fazer o trabalho que aquela jovem está a fazer.

Como é que se faz o Boletim Municipal?

Vai-se buscar outros que já estão extramente sobrecarregados de trabalho, para fazer o trabalho de outros?

O Serviço de Comunicação Social tem apenas dois jornalistas e se sai a Susana a situação fica complicada.

A lei surgiu para diminuir os postos de trabalho nos municípios.

Se eventualmente amanhã sair um jardineiro ou um pedreiro, não podemos dizer que prescindimos do lugar que ficou vago. Porque não está em causa a pessoa, mas sim o lugar.

Se rescindirmos com a Susana, de acordo com a lei, temos que extinguir o posto de trabalho e depois ficamos com falta deste posto de trabalho. Está em causa o princípio. Se a funcionária

se demite não há a extinção do posto de trabalho e aquilo que ela leva nada tem a ver com a indemnização, o problema dela foi esse mesmo, se ela se demitir nós não podemos fazer nada contra isso e o lugar fica aberto.

Sra. Vereadora vamos retirar a proposta para ver a alínea a) e melhorar a fundamentação da proposta.

**12. Deliberação n.º 73/15 – Proposta n.º 18/2015 – DCED/SMBM – Doação de obra de arte ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 74/15 – Proposta n.º 19/2015 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 75/15 – Proposta n.º 20/2015 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro de animação de Setúbal – Centro cultural de Setúbal – CRL**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 76/15 – Proposta n.º 21/2015 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Montanhismo da Arrábida**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**C) Período Destinado à Intervenção do Público**

**Augusto Cruz** – Leu um documento do qual fez entrega, ficando o mesmo anexo à presente ata sob registo n.º 39.

**Sr. Luís Anjos** – Por que razão é que a Câmara não permite animação e espetáculos no Café Concerto Luísa Todí?

Gostaria de saber por que razão vai encerrar a Escola Profissional?

Sugiro a criação de um fundo de maneio na Câmara Municipal, para ajudar algumas pessoas que têm mais dificuldades financeiras em adquirir medicamentos e para isso fazia-se uma subscrição na cidade.

**Sra. Presidente** – Em relação aos espetáculos no Café Concerto Luísa Todí, o mesmo não pode funcionar enquanto o concessionário não cumprir as suas obrigações. O concessionário

quase que cumpriu as obrigações, mas há ainda uma ou outra coisa que ainda temos que aperfeiçoar. Também temos um problema de infiltração para a sala onde está o palco e a empresa que construiu aquele espaço está a tentar resolver, mas ainda não resolveu na sua totalidade. Tivemos que acionar garantias bancárias para chamar outros técnicos de outras empresas, para saber de onde surge a infiltração, o que obrigou a abrir algumas zonas do chão do café. Enquanto tudo isto não estiver resolvido, não podemos avançar com a programação que já existe há cerca de um ano para aquele espaço. A parte do concessionário está praticamente resolvido e a questão das infiltrações está quase a ser resolvida na sua totalidade. Tudo isto são pequenas coisas, que a ABB não deixou concluídas. Haverá uma grande programação para pôr a funcionar no Café Concerto, que esperamos comece a funcionar já na Primavera.

Em relação à Escola Profissional, o Governo mandou acabar com algumas Fundações e a Escola Profissional era uma Fundação. Apesar de ainda existir uma Fundação, que é de uma pessoa do Partido do Sr. Luís Anjos, mas que não mandou encerrar e ainda recebe dinheiro do Estado.

As Escolas Profissionais fazem muita falta ao País, porque desde que acabou a divisão entre o ensino comercial e industrial, as escolas profissionais vieram ocupar um pouco esse espaço, por isso são extremamente importantes. Em Setúbal, foi concebida no tempo do Partido Socialista e bem esta Fundação com esta escola.

A Escola Profissional de Setúbal teve que se extinguir enquanto Fundação, mas ela vai continuar a existir como Associação, por essa razão houve necessidade de fazer-se a escritura da cessação de atividade da Fundação, para dar início a um novo ciclo, com outra designação. A Escola Profissional está cheia, está a funcionar e esperamos nunca ter que fechar as suas portas.

Em relação aos medicamentos é fácil fazer este apoio aos idosos num município pequeno, em que o número de idosos está confinado entre os 1.000 e os 2.000, outras vezes em municípios que têm fundo disponível para pagar os medicamentos aos idosos. Tomara que nós possamos ter fundos disponíveis para pagar as refeições escolares, os transportes escolares, os salários, os fornecedores, etc., porque o nosso role é muito grande, o nosso e de outras Câmaras médias ou grandes, têm muita dificuldade para fazer este tipo de ações, salvo raras exceções. As Câmaras mais pequenas e em especial as Câmaras do norte do país tiveram uma comparticipação financeira das transferências do Orçamento de Estado idênticas ou iguais às Câmaras médias. Somos uma Câmara média e recebemos o mesmo valor de comparticipação do Orçamento de Estado que recebe uma Câmara com quarenta e cinco mil habitantes, como é caso de Santiago do Cacém e Palmela, quando na realidade temos cento e vinte e um mil habitantes e recebemos os mesmos onze milhões. Temos treze bairros sociais e eles tem zero, temos uma Companhia de Bombeiros Sapadores eles têm Bombeiros Voluntários, sendo que ficam limitados a um determinado subsídio, muito diferente do que ter que pagar a uma Companhia cerca quatro milhões. É diferente pagar o desgaste de 53 escolas, quando as outras Câmaras têm meia dúzia de escolas. Todos estes desgastes são diferentes comparados com uma Câmara mais pequena. A Câmara de Idanha-A-Nova tem dez mil habitantes, com despesas totalmente diferentes, porque não tem bairros sociais, não tem o número de escolas que a nossa, não tem uma Companhia de Bombeiros Sapadores, no entanto, recebe os mesmos onze milhões de transferência do Orçamento de Estado. Quando existiram Fundos Comunitários para fazer obra, as mesmas Câmaras pequenas receberam 85% da comparticipação comunitária, porque são consideradas zonas deprimidas ou zonas de interior, que os permitiu fazer novas escolas, centros de dia, jardins, piscinas, pavilhões desportivos pagando apenas 15% dos custos das obras e muitas das vezes apenas 5% do dinheiro do município. Se têm uma comparticipação do Orçamento de Estado alta face às despesas que têm e se pagam pouco quando aparecem Fundos Comunitários, assim torna-se fácil. Em vez do dinheiro estar no banco, apoiam e bem os seus idosos.

Se todos decidissem não apoiar os idosos e se eles fossem para a porta da Assembleia da República, certamente que não haveria idosos a ganhar 190€ de reforma, que é o maior escândalo.

Isto é uma responsabilidade que compete ao Estado, no entanto, o próprio Estado anda ansioso para passar essa responsabilidade aos municípios. Os municípios não podem ser o complemento da vergonhosa reforma que o Estado dá aos idosos.

Os municípios levam o rótulo de despesistas, de maus gestores, quase de bandidos, quando na realidade baixaram em muito a sua dívida, no entanto, o Estado com todas as imposições, aumentou a sua própria dívida. Não se pode pôr sempre nas costas dos municípios para resolverem este tipo de problemas. Em Setúbal não temos condições para fazer este trabalho junto dos idosos, temos alguns projetos e ajudamos em algumas coisas.

Tivemos os representantes da Troika em Setúbal há cerca de dois anos atrás e nessa altura eu disse-lhes que não cumpríamos a Lei dos Compromissos. Justificação para me poderem prender. Mas, para cumprir a Lei dos Compromissos teria que fechar a luz. A Lei dos Compromissos significa que temos que ter dinheiro para aquilo que estamos a gastar no dia-a-dia, quando na realidade só temos esse dinheiro passado algum tempo. Hoje ainda não tenho dinheiro para pagar a luz, nem para pagar a água, porque ainda não recebi dinheiro do IMI, nem para pagar os transportes escolares, nem as refeições dos miúdos, etc.. Apesar de não ter dinheiro tenho que abrir a porta, porque os municípios precisam de resolver as suas coisas. Gostaria que visitassem a Câmara no seu funcionamento e verificassem as dezenas ou centenas de movimentos que se fazem diariamente para uma série de situações. Por esta razão não posso cumprir a Lei dos Compromissos.

Durante a presença dos membros da Troika em Setúbal foi-lhes dito uma série de coisas as quais eles concordaram e disseram que eu tinha razão. De acordo com os elementos da Troika não foi dito ao Governo para resolver as coisas, da forma como o Governo estava a resolver. Quem me veio dar razão foi o Sr. Juncker. No decorrer da reunião perguntaram se os municípios tinham sido ouvidos e foi-lhes dito que não, nessa mesma reunião estavam representantes do Ministério das Finanças e foi-lhes questionado pelo Sr. Juncker, se aquilo que eu estava a dizer era verdade e os representantes do Ministério das Finanças confirmaram a veracidade dos factos. Foi-nos dito, por parte dos elementos da Troika, que iriam abordar a realidade dos factos que aqui foram apresentados, junto do Governo, porque não tinha sido isso que tinham mandado implementar e foi por essa razão que não me mandaram prender, porque eu tinha razão e ainda cá estou. O Sr. Juncker deu-me razão. Na altura perguntaram-se como é que eu resolveria esta situação e eu disse que teria que estar relacionado com a Lei das Finanças Locais, pelo que teriam que dar equitativamente em função do número de habitantes e em função dos problemas dos municípios. Também lhes disse, que seria muito menos dispendioso dar o dinheiro para se fazer o saneamento nos municípios em vez de dar dinheiro ao BPN (o BPN não precisa dos medicamentos). Há municípios que necessitam de ajuda do Governo, porque são esforços impensáveis e inimagináveis, para que possam resolver financeiramente os seus problemas, para que possam fazer a requalificação da cidade e do concelho, para que as pessoas possam ter melhor qualidade e vida.

Até para se matar um cão ou um gato temos que ter dinheiro. Fazemos muitas doações de animais através das redes sociais, mas até os animais serem adotados temos que os alimentar todos os dias, temos que os lavar, muitas das vezes temos que os medicar e quando passa muito tempo sem que os possamos adotar temos que optar pela eutanásia, porque quando já estão muito velhotes ou muito doentes ninguém os adota. Muitas das vezes temos que incumprir a Lei dos Compromissos para comprarmos a injeção que servirá para a eutanásia. Isto é uma situação permanente que eles nem sonham.

Vamo-nos sentar à volta da mesa e vamos dialogar, que é coisa que eles não fazem. Só ouvem a Associação Nacional de Municípios, porque depende do Partido que está à frente da Associação Nacional de Municípios, como é o caso do concelho de Botijas com sete mil habitantes que está à frente dos órgãos da direção da Associação Nacional de Municípios, assim como o concelho de Freixo de Espada à Cinta, que decidem todos a seu belo prazer em função do Governo. Quando eles dizem que ouviram a Associação Nacional de Municípios isso é mentira, porque não ouviram Lisboa, não ouviram o Porto, etc., não ouvem os municípios maiores que são os que têm verdadeiramente os grandes problemas. Quando os problemas

estiverem resolvidos nos municípios grandes, os problemas nos municípios pequenos resolvem-se facilmente, só que na realidade mudam isto ao contrário.

Nos medicamentos temos um projeto com algumas farmácias, que foi instituído com a Direção Geral de Farmácias e com as farmácias locais. Medicamentos dentro prazo, mas que sobram, em que as pessoas vão depositar nas farmácias e as outras pessoas que precisam desse mesmo medicamento dirigem-se à Divisão de Inclusão Social, que os encaminham. É na sequência deste projeto que vão buscar o medicamento sem custos, muitas das vezes esta situação já tem resolvido parte do problema das pessoas. Apesar de não podermos pagar os medicamentos, porque não temos dinheiro para isso, fazemos parcerias com outras entidades no sentido de minimizar e ajudar.

O mesmo se passa em relação à água e à luz, também temos parceiros que ajudam a pagar estas despesas, em circunstâncias muito complicadas. Se fosse a Câmara a pagar teríamos uma fila à porta do Município e nós não conseguimos, no entanto, encaminhamos as pessoas e o resultado tem sido bastante positivo.

Em relação aos livros escolares criamos o projeto “Dar de Volta”, em que os miúdos acabam o ano letivo e depositam os livros na nossa biblioteca, os nossos técnicos tratam os livros e põem à disposição de outras crianças, cujos pais têm grandes dificuldades financeiras, que se deslocam aos nossos serviços para levantar os livros escolares sem custos acrescidos, através do nosso projeto “Dar de Volta”.

Nós não temos dinheiro, mas inventamos maneira de poder ajudar.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e vinte minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 18 de março de 2015, por maioria, contém 31 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:

Manuel Cordeiro

Vitor Marcos

Conferida por:

Ana Cristina Claro